



Ata n.º 02

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, sob presidência do 1.º Secretário, Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares, na ausência do titular do cargo e com a presença da 2.ª Secretária, Cláudia Suzana Silva Luz, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

I - Período Antes da Ordem do Dia;

II - Período da Ordem do Dia:

1. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 46m², no âmbito do processo de obras n.º 122/2021, em nome de Joaquim Urbano Nunes Barros – Proposta n.º 342/2021/CM;
2. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 124,885m², no âmbito do processo de obras n.º 105/2021, em nome de Latitude Abstrata, Lda – Proposta n.º 346/2021/CM;
3. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 124,885m², no âmbito do processo de obras n.º 110/2021, em nome de Latitude Abstrata, Lda – Proposta n.º 347/2021/CM;
4. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 43,25 m², no âmbito do Processo de obras n.º 248/2020, em nome de Bruno Mijieux – Proposta n.º 376/2021/CM;
5. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de terreno junto à Estação Ferroviária de Faro, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Faro – Proposta n.º 337/2021/CM;
6. Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante a 2ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2021



do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 400/2021/CM;

7. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia (e um substituto, também Presidente de Junta), delegados ao XXV Congresso da ANMP;

8. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III – Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

IV – Moções.

Seguidamente procedeu à chamada, verificando-se que estavam presentes os seguintes membros:

Berta Paula Brito Cruz Silva Dias (PSD); Luís Manuel Fernandes Coelho (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Guilherme Sabrosa Apolinário Portada (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); António José de Figueiredo Martins da Luz (Chega); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Carlos Alberto (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Emanuel José Pereira Aniceto (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Viegas Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Não estavam presentes:



Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); Ana Catarina Pina Águas (CDS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) e Ana Lúcia Silva Passos (PS).

*Foram presentes os seguintes pedidos de **justificação de falta e substituição**.*

- Do membro do grupo municipal do PSD, Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Berta Paula Brito Cruz Silva Dias (PSD), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.
- Do membro do grupo municipal do PS, Carla Alexandra Alves Afonso Nunes, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituída por Guilherme Sabrosa Apolinário Portada (PS), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.
- Do membro do grupo municipal do PSD, João Manuel Camacho Gameiro Alves, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituído por Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.
- Do membro do grupo municipal do CDS, Ana Correia Pina Águas, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.
- Do membro do grupo municipal do PSD, Cátia Susana da Palma Morais Gomes, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituída por Catarina Rodrigues dos Santos (PSD), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.
- Do membro do grupo do PS, Ana Lúcia Silva Passos, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituída por Carlos Alberto (PS), que após tomar posse, foi tomar lugar na respetiva bancada.

Estavam presentes junto à Mesa:



O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rogério da Conceição Bacalhau Coelho; O Sr. Vice-Presidente Paulo Santos e os Srs. Vereadores, Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía (PSD); Sophie Matias (PSD); Adriano João Leal Cardoso Guerra (CDS); Teresa Aleixo Almeida Santos, bem como os Vereadores do Partido Socialista Aquiles Fernandes Dias Marreiros; Anabela Custódio Afonso e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

Verificando-se a existência de quórum, a Sr. Presidente da Assembleia, em exercício, declarou aberta a sessão e convidou, para coadjuvar os trabalhos da Mesa, o membro do grupo municipal do PSD, Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

Presidente da Assembleia, em exercício – «Depois de todos os elementos que careciam de tomada de posse o terem feito, desejo a todos que sejam umas jornadas proficuas, particularmente para os nossos munícipes, no exercício das funções que me são confiadas, hoje particularmente e temporariamente. Enquanto Presidente em exercício quero dizer-vos que procurarei ser o elemento neutro desta equação, pretenderei ser um Presidente absolutamente isento na condução dos trabalhos e é isso que se espera do Presidente da Assembleia. Quero dizer-vos que esta é a nossa casa comum, é a casa da liberdade, é a casa da democracia onde os debates devem ser os debates das ideias, deve haver uma argumentação profunda, consistente, concisa e devemos evitar sobretudo aquela crispação que no debate não acrescenta nada, acrescenta apenas ruído. Essa é a forma que eu tenho de ver os debates na casa da democracia. Temos de estar permanentemente capacitados para conviver com a diferença de opinião, e é isso que nos distingue daqueles que não vivem a democracia e daqueles que não professam os mesmos princípios que nós que aqui estamos democraticamente eleitos.

O respeito pelas regras da democracia e o respeito pelas regras desta Assembleia devem ser o nosso farol orientador para todos os debates que vierem a suceder. Naturalmente que temos matrizes ideológicas distintas e por essa razão também somos eleitos em listas distintas e isso marca a grande riqueza da democracia, que é a possibilidade de termos olhares distintos sobre o mesmo assunto.



Porém, quero também lembrar que há áreas em que devemos estar absolutamente unidos, em que devemos pisar o mesmo chão e quando me refiro a isso refiro-me àquilo que deve trazer a prosperidade para os farenses. Há lutas que devem ser comuns a todos nós, esta é a casa da democracia, mas como sabem a Assembleia não tem ainda a sua casa, o seu nicho próprio, que dignifique aquilo que representa a Assembleia. Penso que uma luta comum de todos nós para que num futuro não muito distante possamos ter instalações dignas, com condições de trabalho e para o desenvolvimento das nossas reuniões. Isso poderá ser uma luta comum, temos outras, mas esta era aquela que eu assinalava e se pudéssemos deixar para aqueles que vêm a seguir uma casa com a dignidade que os farenses merecem para as decisões que aqui são tomadas, penso que já prestaríamos um bom serviço público.

Queria também dizer-vos que estas sessões não deixam de ter um caráter pedagógico e é nesse sentido que apelo a que, na responsabilidade que todos temos nas nossas intervenções, possamos ser um exemplo para os mais novos, para os jovens e até para as escolas que andam muito afastadas, por vezes, destes processos de decisão coletiva e que era muito importante que o nosso exemplo trouxesse uma camada de juventude progressivamente maior para as decisões públicas e para a política.

Posto isto, queria dizer-vos que reuni na conferência de líderes, para procurarmos encontrar uma forma que fosse mais ou menos de comum acordo para a condução destes trabalhos. Entendemos no que me parece absolutamente fundamental, todos consideramos que as reuniões se devem desenrolar num tempo que seja razoável, pois o prolongamento de três, quatro, cinco horas ou mais acaba por não ser proveitoso porque todos nós temos um limite a partir do qual não funcionamos bem, nem trabalhamos bem, não tomamos as melhores decisões e isto são reuniões de responsabilidade, pelo que todos acordámos naquela reunião que a boa gestão e uma gestão bem económica do tempo é fundamental para que possamos, sobre todos os assuntos aqui tratados, tirar as melhores conclusões e conseguirmos as melhores decisões para o concelho.

Consertámos em conjunto o desenho para a ordem de trabalhos, o princípio que presidiu a este desenho que aqui vou explicar e que já conhecem da



ordem de trabalhos, foi de que deve existir um antes da ordem de trabalhos para informações e declarações políticas, naturalmente. Segue-se o ponto da ordem de trabalhos da Câmara Municipal, por se considerar que neles estão sempre consagrados assuntos de grande importância e até urgência para os farenses que têm os seus negócios, que têm a sua vida para prosseguir; de seguida damos a voz ao público. Por considerarmos que não se justifica que o público esteja aqui até à uma ou duas da manhã sem fazer intervenção, também foi feita esta proposta, que foi acolhida e está aqui na ordem de trabalhos e que tem a ver com o seguinte: se até às 22.30h, os trabalhos não permitirem que o ponto dos trabalhos da Câmara Municipal esteja concluído, ele suspende-se, faz-se a intervenção do público e prossegue-se então com o ponto que estiver a ser avaliado; por fim temos moções e recomendações, como de resto não podia deixar também de acontecer.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – Ponto de ordem à Mesa – «Antes de mais, saudar todos os presente na pessoa do Sr. Presidente em exercício, desejar que nestes quatro anos possamos trabalhar em conjunto para o desenvolvimento do nosso concelho e em específico à freguesia da qual eu sou representante, a Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe, e que consigamos levar a cabo aquilo que os nossos cidadãos esperam de nós.

Mas eu gostava de dizer à Mesa, que este horário das 20.00horas, pelo menos na minha opinião e naquilo que me afeta, é um horário indigno para esta Assembleia funcionar. Sugeriria que se retomasse nas próximas Assembleias o horário das 21.00 horas como a hora de funcionamento desta Assembleia Municipal. Nem sequer o das 18.00 horas, porque colide também com uma série de compromissos familiares. Gostaria de deixar patente à Mesa da Assembleia e a todos os presentes que esta Assembleia deveria voltar a reunir a partir das nove da noite como normalmente se fez, nomeadamente antes da pandemia.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente em exercício, desejar-lhe um bom mandato, agradecer-lhe a sua disponibilidade e esperar não apenas a si mas de toda a Mesa que os trabalhos possam efetivamente



correr de forma profícua a bem dos munícipes da cidade que a todos nos elegeram face à importância do órgão que representamos.

Posto isto, um pequeno esclarecimento sobre as suas palavras, no sentido de perceber se quando refere o bom uso da palavra e o tempo, pergunto à Mesa se faz intenção de contar o tempo dos grupos municipais, no sentido também de nós próprios sabermos com aquilo que contamos.»

Presidente da Assembleia, em exercício – «Posso esclarecer dentro do conhecimento que tenho da matéria e aquilo que foi conversado na reunião de líderes e é também intenção do Sr. Presidente eleito, que sejamos o mais rigorosos possível dentro daquilo que é razoável no uso da palavra e dos tempos, no sentido de podermos cumprir este desiderato que eu iniciei, que é o de conseguirmos terminar as reuniões em tempo útil, sem que possamos estar aqui a comprometer inclusivamente a higiene do sono e o dia de trabalho de todos que aqui se sentam e que no dia seguinte também têm obrigações profissionais para cumprir. Portanto, eu penso que com bom senso e não nos afastando deste princípio que aqui anunciei, estou em crer que conseguiremos conduzir estas reuniões a bom termo e que nada fique por dizer, nada fique por decidir e que se consiga sempre decidir por aquilo que é o melhor para os farenses.»

1.ª Secretária – Cláudia Luz – «Aquilo que nós vamos ter em conta é o regimento e aquilo que está no regimento nos pontos 67, 68 e 69. Portanto, no período antes da ordem do dia serão dados três minutos a cada bancada e depois mais um minuto por cada membro de bancada, é o que diz.»

Seguidamente entrou-se no:

Período Antes da ordem do Dia

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente em exercício, desejo-lhe as maiores felicidades na condução da reunião, mas também no mandato, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, estimado público.

Gostaria de começar esta intervenção em nome do Partido Social Democrata por saudar todos os eleitos para os diferentes órgãos



autárquicos do concelho de Faro, sem exceção, e também agradecer a disponibilidade de todos os cidadãos farenses que se apresentaram em listas, independentemente de terem conseguido uma eleição ou não. Julgo que isso é fundamental para mantermos viva a cidadania e a disponibilidade de cada um de nós para a participação para a causa comum e acho que é de acarinhar a disponibilidade que as pessoas manifestam em continuar a participar em listas, na vida e no debate autárquico.

Também expressar a nossa satisfação pela pluralidade democrática que temos nesta Assembleia Municipal, temos dez forças políticas/partidárias presentes. Do nosso lado integrámos uma coligação com cinco forças partidárias que têm membros eleitos e a quem também agradeço e expresso os meus votos de felicidades no desempenho das suas funções, principalmente a quem agora chega, em particular à Iniciativa Liberal que se juntou à nossa coligação “Unidos por Faro” em boa hora e seguramente nos trará um acréscimo de valor à nossa intervenção e ao nosso debate, mantendo a sua independência e a sua posição política que seguramente vai trazer mais pluralidade à nossa atuação.

Também dar nota de que esta noite o Partido Social Democrata está em eleições para a sua Comissão Política Distrital e que será eleito em lista única o nosso Presidente da Assembleia Municipal, Cristóvão Norte, como novo líder do PSD Algarve. Não é esse o motivo pelo qual ele aqui não está presente hoje, devo referir, é por motivos de ordem pessoal, mas também desejar ao próximo Presidente do PSD Algarve as maiores felicidades. Julgo que Faro fica a ganhar também por ter o seu Presidente da Assembleia Municipal a liderar os destinos do PSD no Algarve, penso que isso é importante, não apenas para os algarvios e para os farenses, mas sobretudo para a qualidade da intervenção que se faz, que se presta e que, seguramente, nas mãos do Cristóvão Norte estaremos bem representados, julgamos nós.

Posteriormente também e como nota de remate, apenas desejar um bom mandato e que os trabalhos possam decorrer com urbanidade e com a nossa proatividade coletiva para o bem comum do nosso concelho.»



O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite a todos. Sr. Presidente em exercício da Assembleia Municipal, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, senhoras e senhores vereadores. As primeiras palavras são para os felicitar por terem sido eleitos para os dois órgãos representativos do município de Faro.

Consideramos nós que os próximos quatro anos vão ser bastante exigentes relativamente àquilo que os munícipes e o concelho esperam do exercício das funções que todos nós assumimos.

Acerca disso, quero deixar-vos aqui três notas. A primeira nota é que estive a olhar para os seis membros da Câmara Municipal que exercem a tempo inteiro e para os pelouros assumidos e contei cinquenta e dois pelouros. Isto dá-nos uma imagem daquilo que é hoje a complexidade do exercício de funções a tempo inteiro na Câmara Municipal de Faro. Mas além dos cinquenta e dois pelouros, o que é obra para um município que não tem setenta mil habitantes, ainda existe em relação aos vereadores a tempo inteiro da Câmara Municipal de Faro, e naturalmente ao Presidente e ao Vice-Presidente, a incumbência de representarem o município junto de entidades, comissões, conselhos, associações e órgãos sociais de empresas em número de vinte e seis.

Ao longo destes quatro anos de certeza que vamos ser confrontados com o que é que significa a complexidade organizacional de cinquenta e dois pelouros e de vinte e seis representações externas.

Para além disto, gostava de deixar outra nota sobre uma questão que nós consideramos extremamente importante e que tem a ver com o entendimento que já vem do verão de 2018, entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrático, que tem a ver com a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

Eu, como cidadão e munícipe farenses, acompanho desde há anos as reuniões desta Assembleia Municipal e estou em crer que até na maior parte dos membros da Assembleia Municipal, já relativamente aos vereadores não digo isso, não está adquirida a consciência do que significa a transferência de dezasseis competências para o município de Faro.



Transferência de competências essas, que do nosso ponto de vista funcionaram politicamente como um fator de bloqueio à regionalização e a uma efetiva descentralização da Administração Central. Tratou-se mais de impor uma transferência de encargos para as autarquias locais, com insuficiência de recursos e fraco ou nenhum poder de decisão autárquico, um autêntico processo de governamentalização do poder local democrático. Poderão achar, no meu entendimento, na espuma das ondas que isto que eu estou a dizer é irrelevante. Seria felicidade nossa que ao longo dos próximos quatro anos nós pudéssemos concluir que de facto isto é irrelevante. Mas eu quero deixar-vos aqui um alerta, isto não é nada irrelevante! E devo dizer-vos só, como nota explicativa, porque é que eu acho que isto não é nada irrelevante.

No final de 2020, o município de Faro tinha novecentos e vinte e oito trabalhadores, destes, quatrocentos e quatro, 44%, estavam afetos às escolas e o município, por via disso, tinha sido transformado num fornecedor de mão de obra ao Ministério da Educação. E ainda não chegaram cá os trabalhadores do Ministério da Saúde, nem os trabalhadores do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.

Para terminar, uma última nota. O Plano Diretor Municipal de 1995 poderia ser revisto em 2005, e 2005 foi há dezasseis anos atrás. Nós vamo-nos defrontar com a 1.ª Revisão deste Plano Diretor Municipal. Eu devo dizer-vos que o Plano Diretor Municipal é entendido por quase toda a gente, não como um documento orientador, mas como um documento de proibições. Não se faz isto porque o Plano Diretor Municipal proíbe, não se faz aquilo porque o Plano Diretor Municipal proíbe. Para terminar, dir-vos-ia, falta-lhe a coluna vertebral e a coluna vertebral é uma estratégia de desenvolvimento para o concelho. Há dezasseis anos que andamos todos os anos a ir à maré e não conseguimos encontrar uma estratégia de desenvolvimento para o nosso concelho. Se ao fim destes quatro anos nós tivermos conseguido que se construa uma estratégia para o concelho de Faro, então foi útil para o concelho e para os farenses termos sido eleitos.»



O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite a todos, cumprimentar o Presidente em exercício e na sua pessoa todos os presentes e desejar boa sorte a todos os eleitos para este mandato.

A cidade de Faro é composta por vários tipos de malha urbana distintas na sua morfologia e tipo de ocupação, designadamente o centro histórico, a zona circundante ao centro histórico e as zonas de expansão.

Os passeios existentes nas diversas partes da cidade são, na sua grande maioria, em calçada. A degradação que este tipo de pavimento apresenta cria muitas dificuldades e desconforto de locomoção para a população em geral. Para além disso, em condições meteorológicas adversas, nomeadamente com a chuva, o piso que já é inclinado e irregular, torna-se escorregadio e muito perigoso para quem o utiliza, sobretudo para os mais idosos. Em muitos casos, os problemas de deslocação nos passeios devem-se sobretudo a uma deficiente aplicação da calçada e à ausência total de manutenção.

O centro histórico da cidade apresenta um perfil de rua muito reduzido e com uma total ausência de percursos pedonais acessíveis. Os passeios estão subdimensionados e apresentam grandes extensões de pavimento irregular ou degradado. Na generalidade das ruas, algumas de dimensão bastante reduzida e de utilização frequente pelos peões, é permitida a circulação automóvel, o que leva a que por vezes a deslocação dos peões aconteça com dificuldade e insegurança.

A ausência de um percurso pedonal acessível nas vias de perfil reduzido é um grande problema, uma vez que, pelo que foi dito antes, os peões veem-se obrigados a circular na via de trânsito juntamente com os automóveis.

Na zona circundante ao centro histórico, com perfil de rua médio e passeios definidos, apresenta outro problema, barreiras arquitetónicas e urbanísticas a interromper esse percurso. Acrescente-se a ausência de atravessamentos, a ausência de rebaixamentos nas passadeiras existentes, obras ou tapumes a dificultar a passagem, estacionamento abusivos nos passeios também, obstáculos comerciais, entre outros.



Na zona da expansão da cidade, os problemas assentam basicamente nos atravessamentos e com vários elementos urbanos a interromperem o percurso pedonal.

Recomenda-se assim uma atenção especial para a mobilidade pedonal na cidade de Faro. Para esse efeito, é crucial a existência de infraestruturas de apoio à dita mobilidade. Quanto melhor forem as condições para a utilização de um determinado modo de deslocação, maior será a propensão para o utilizar.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito boa noite Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, caros membros da Assembleia Municipal, digníssimo público.

Esta é a primeira Assembleia Municipal do mandato e quero nesta intervenção saudar todos os farenses, mas muito particularmente aqueles que participaram nas eleições autárquicas no passado mês de setembro. O povo votou e escolheu os seus representantes.

Hoje, nesta primeira reunião de trabalho da Assembleia, quero também aproveitar o tempo que o PS me concedeu, para saudar e desejar votos de um excelente trabalho a todas e a todos os eleitos.

Sr. Presidente da Mesa, trago esta noite a esta Assembleia Municipal o tema das políticas de habitação, pois acredito que esta é uma prioridade que a todos nos deve mobilizar. O direito à habitação é um direito constitucional que não pertence ao partido A, nem ao partido B, nem nos deve colocar uns contra os outros, pelo contrário todos nós nesta sala sabemos que os preços das casas e do arrendamento continuam a subir em Faro.

As políticas de habitação têm por isso de ser uma verdadeira prioridade, porque não podemos aceitar que as famílias mais desprotegidas e as mais jovens vivem na pobreza depois de pagarem a sua renda ao senhorio ou o empréstimo da casa ao banco.

Temos uma estratégia local de habitação em Faro e muito bem! Foi publicado esta semana um aviso de financiamento de mais de mil e



duzentos milhões de euros, para que os municípios possam investir em habitação e muito bem!

Caro Presidente, caros membros da Assembleia esta é a oportunidade para acabarmos de vez com as barracas da Horta da Areia, criando condições para quem lá vive, realojando as pessoas que lá vivem e requalificando aquele que é um dos espaços mais nobres da nossa cidade na Frente Ribeirinha de Faro.

E se falo da Horta da Areia poderia também falar das demais carências habitacionais, devidamente identificadas na estratégia local de habitação, que evidenciam as centenas de famílias que vivem em situação de pobreza e sem qualquer dignidade na sua habitação.

Gostaria por isso de sublinhar o nosso empenho em fazer avançar a estratégia local de habitação. Sendo que precisamos para isso de uma perspetiva indicativa de calendário para a sua concretização.

Aproveito também a este propósito para questionar o Sr. Presidente, sobre qual o ponto de situação relativamente à elaboração e apresentação de uma candidatura ao aviso de financiamento europeu que referi, publicado na passada segunda-feira.

Para terminar, quero deixar um apelo a todo o executivo municipal para que dê prioridade ao tema da habitação, aproveitando os financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência e com o empenho de todos prosseguirmos uma estratégia para, de vez, acabarmos com as barracas no concelho de Faro.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Quero começar por dar as boas vindas a todos novamente a esta casa, por mais quatro anos, e principalmente àqueles que estão aqui de novo. Estive nessa posição há quatro anos atrás e sei o quanto pode ser constrangedor, as nossas primeiras Assembleias, por isso sintam-se na vossa casa.

Posto isto, traz-me aqui duas notas importantes. Uma, é saber quando é que a ponte da Praia de Faro avança, já passou o mês de setembro, já passou o mês de outubro, novembro já vai a caminho do fim e nunca mais ouvimos falar da ponte. Sabemos que há uma empresa que já ganhou a



construção da mesma, mas não se fala, nem se sabe e portanto agradecemos que começassem os trabalhos e que a ponte se tornasse uma realidade o mais rapidamente possível.

Em segundo lugar, e infelizmente até é um bocadinho de âmbito pessoal, peço desde já desculpa, embora tenha vindo a saber que aconteceu a mais três pessoas. No dia dos Finados a minha mãe dirigiu-se ao cemitério e quando chegou lá para colocar as flores na campa do meu avô, não era o meu avô que estava na campa, era uma outra pessoa que lá estava. O corpo foi retirado e a família não foi avisada, isto é uma falta de respeito para com as famílias e para com quem já faleceu. Foi de tal maneira constrangedor que a minha mãe foi encontrar os restos mortais do meu avô dentro do ossário da Câmara, dentro de um saco de lixo daqueles pretos, como se fossem os restos mortais de qualquer animal. Portanto isto é intolerável! Eu estou a falar na primeira pessoa que é para não haver dúvidas que aconteceu e que aconteceu na minha família, porque eu não quero que isto aconteça a mais nenhuma família, pois é uma situação intolerável! Se as pessoas que estão à frente do cemitério de Faro não têm a sensibilidade para lidar com uma situação destas, então que saiam de lá, pois não têm a hombridade nem a humanidade para estar num serviço daqueles. Portanto, a quem for responsável, peço encarecidamente que sejam rapidamente feitas diligências para que isto não aconteça.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Boa noite a todos, Exm.º Presidente da Mesa em exercício, Exm.º Presidente da Câmara Municipal de Faro, Exm.º membros da presente Assembleia Municipal de Faro e bem-vindo a todo o público e a todos os farenses naturalmente.

Antes de mais, gostaria de afirmar que é um prazer fazer parte da presente Assembleia Municipal e ter oportunidade de dirigir algumas palavras em nome da Iniciativa Liberal.

Gostaria de congratular a eleição de todos os membros a esta Assembleia Municipal, como igualmente o Executivo da Câmara Municipal de Faro liderado pelo Presidente Rogério Bacalhau, pela sua reeleição e reiteramos a confiança na sua equipa para liderar o município de Faro ao longo dos próximos quatro anos.



Esperamos que o Executivo continue a desenvolver o seu trabalho sério, construtivo e dedicado e reiteramos a necessidade de ter coragem e visão para engrandecer o futuro do município de Faro.

O presente mandato será o último liderado pelo Presidente Rogério Bacalhau e o sucesso do mesmo não se definirá apenas pelas obras que conseguirá concluir ao longo do presente mandato, mas sobretudo pela visão de futuro que conseguirá desenvolver para Faro e que legado deixará aos executivos que se seguirão.

A responsabilidade de integrar a Assembleia Municipal no presente mandato é enorme. Os desafios que nos esperam neste quadriénio são múltiplos e devido a uma multitude de variáveis não são comparáveis de todo com outros mandatos.

É fundamental que, tanto o órgão executivo na competência da Camara Municipal como o órgão deliberativo na competência desta Assembleia, consigam estar à altura dos desafios. Necessitamos de navegar com confiança as águas incertas que nos esperam e ser o farol da esperança para os farenses, antecipando as suas dificuldades e apresentando soluções eficientes.

Os farenses de hoje, bem como as gerações vindouras, merecem um olhar ambicioso para o futuro. Uma ambição de quem acredita que Faro deve ser um local cada vez melhor para viver, trabalhar e estudar. Como tal, acreditamos que o município de Faro deve agir como um elemento facilitador ao desenvolvimento, reduzindo os encargos dos farenses e as suas empresas, facilitando a sua vida quotidiana e capacidade de desenvolvimento, descomplicando e desburocratizando cada vez mais. Necessitamos de lutar por cada vez mais proximidade, mais transparência e mais oportunidades.

A Iniciativa Liberal, como partido jovem, está aqui de forma construtiva nesta Assembleia. O nosso objetivo é trabalhar, contribuir e debater ativamente ideias, para fazer do município de Faro um município líder e de excelência, tanto no Algarve como em Portugal.

Como tal, a Iniciativa Liberal não pretende construir muros, mas sim encontrar caminhos alternativos, com todos.



É fundamental que esta Assembleia Municipal represente condignamente o município de Faro e os farenses. Cabe a nós, membros da Assembleia Municipal de Faro, liderar pelo exemplo e demonstrar que existe possibilidade de fazer política com seriedade e debater ideias de forma construtiva e responsável.

Reafirmamos aqui a necessidade de continuar a aproximar os munícipes da política e sobretudo da política local. E acreditamos que isso só é possível se todos nós garantirmos uma atitude aberta, transparente e respeitável na presente Assembleia.

Por fim, gostaria de afirmar que os farenses confiaram aos eleitos desta Assembleia o seu voto. Foi um voto de confiança e cabe a nós corresponder a esse voto de confiança e concretizar um mandato exemplar na Assembleia Municipal. Estamos convictos que devemos ser exigentes connosco, mas que não devemos ter o medo ou o receio de assumir o desafio e responsabilidade perante os farenses. Cada um de nós defenderá as suas visões e os seus ideais nesta Assembleia, mas acima de tudo defenderemos os interesses dos farenses e de Faro, rumo a um futuro mais próspero em Faro e por Faro.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Pelo PPM, venho agradecer a todos, em especial os recém-eleitos, sejam bem-vindos.

Em face dos resultados eleitorais, agradecer a todos os farenses a renovada confiança depositada na nossa coligação.

Apesar da preocupante abstenção, resultante da falta de informação e de um canal regional de comunicação social que possibilitasse maior participação, mesmo assim Unidos por Faro obteve cerca de 47% dos votos, com os Srs. Presidentes Cristóvão Norte e Rogério Bacalhau ao leme, na popa e na proa. No entanto, estas eleições autárquicas foram, ainda assim, as mais concorridas ao nível nacional, 53%, e o interior com maior participação. Tememos que a participação eleitoral se agrave sempre que os eleitores não se sintam motivados ou devidamente representados nas importantes decisões da nação e da região.



Nas eleições legislativas transatas, a abstenção atingiu pela primeira vez 51%. Alarmante se adivinha o futuro de Portugal e do Algarve, quando neste janeiro próximo as eleições antecipadas não venham a resolver uma verdadeira reforma eleitoral e do Estado com a concretização da protelada regionalização. E, conseqüentemente, a maior participação das pessoas em geral na política social e cultural.

Agora, um pedido ao Sr. Presidente da Câmara. Acabámos de ter a quarta reunião da rede de museus do Algarve. Correu excelentemente, com imensa participação, com todas as condições de representatividade local, mas Sr. Presidente um especial pedido: substitua as placas partidas do pavimento do Teatro Municipal, na sua frente e na parte de trás, e proíba o estacionamento automóvel nesses espaços.»

Presidente da Câmara Municipal – «Quanto às questões que foram colocadas, referir que relativamente à estratégia local de habitação que estamos a implementar, temos desde março assinado um protocolo com o IHRU para vinte e oito milhões. Chegaram o mês passado os protocolos para dois desses projetos que ainda não foram assinados, ainda estão em estudo e foi distribuído ontem a alguns parceiros o projeto de aviso que ainda não está a funcionar. Penso que na próxima semana vai haver uma reunião com o IHRU, na CCDR, para afinarmos isso.

Da nossa parte temos dois projetos que podemos lançar amanhã concurso para a empreitada, e que estão desde março à espera desse mesmo financiamento, e depois temos outros que estão a ser desenvolvidos.

Relativamente à Ponte da Praia de Faro o contrato para a empreitada está neste momento em visto do Tribunal de Contas, logo que o Tribunal de Contas analise e dê o seu ok, aí poder-se-á avançar para a consignação e para o início da obra.

Relativamente à questão do Dia dos Finados lamento e peço desculpa desde já por aquilo que aconteceu e pedia que no final dissesse ao Vereador Adriano, o nome da pessoa para que possamos identificar e verificar realmente o que é que se passou.»

Seguidamente passou-se à ordem de Trabalhos.



PONTO N.º 01

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 46m², no âmbito do processo de obras n.º 122/2021, em nome de Joaquim Urbano Nunes Barros – Proposta n.º 342/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «O ponto n.º 01 do período da Ordem do Dia é apreciação e deliberação sobre a proposta 342, respeitante à afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com 46m², que em virtude de um pedido e de uma aprovação de uma licença de obra que foi aprovada, houve uma doação desses mesmos 46m² ao município. Essa doação já foi aceite pela Câmara Municipal, mas pertencendo a um prédio privado, esses 46m² pertencem neste momento ao município por doação ao domínio privativo do município. Portanto, o que se pretende aqui é que a Assembleia Municipal, que é o único órgão que tem competência para isso, autorize que esses 46m² deixem de pertencer ao domínio privativo do município e passem a pertencer ao domínio público municipal.

Portanto, o que se pretende aqui é autorização para afetação ao domínio público municipal desses 46m².»

Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 342/2021/CM – afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 46 m², no âmbito do processo de obras n.º 122/2021, em



nome de Joaquim Urbano Nunes Barros, conforme apresentado no ofício n.º 7531, de 09/09/2021, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este Ponto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	03	01	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

Este assunto foi aprovado por unanimidade.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 02

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 124,885m², no âmbito do processo de obras n.º 105/2021, em nome de latitude Abstrata, Ld^a – Proposta n.º 346/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «A proposta n.º 346 tem a mesma natureza da anterior. Aqui, é uma obra para construção de uma moradia em que há 124,885m² que a Câmara aceitou a sua doação e o que se pretende é afetar ao domínio público.»

Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO:

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 346/2021/CM – afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 124,885 m², no âmbito do processo de obras n.º



105/2021, em nome de Latitude Abstrata, Lda., conforme apresentado no ofício n.º 7532, de 09/09/2021, da Câmara Municipal de Faro

Posto este Ponto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	03	01	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

Este assunto foi aprovado por unanimidade.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 03

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 124,885m², no âmbito do processo de obras n.º 110/2021, em nome de Latitude Abstrata, Lda – Proposta n.º 347/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «O ponto três é exatamente idêntico ao anterior, numa outra construção a área até é a mesma e que se pretende afetar ao domínio público.»

Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 347/2021/CM – afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 124,885 m², no âmbito do processo de obras n.º 110/2021, em nome de Latitude Abstrata, Lda., conforme apresentado no ofício n.º 7530, de 09/09/2021, da Câmara Municipal de Faro



Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	03	01	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

Este assunto foi aprovado por unanimidade.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 04

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 43,25m², no âmbito do Processo de obras n.º 248/2020, em nome de Bruno Mijieux – Proposta n.º 376/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Aqui numa outra obra, outro projeto que foi aprovado vem à posse da Câmara e são 43,25m² e o que se pretende é a autorização para a afetação ao domínio público.»

Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 376/2021/CM – afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 43,25 m², no âmbito do processo de obras n.º 248/2020, em nome de Bruno Mijieux, conforme apresentado no ofício n.º 9392, de 04/11/2021, da Câmara Municipal de Faro



Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	03	01	01	01	31
Contra											00
Abstenções											00

Este assunto foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 05

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Contrato de subconcessão de Uso Privativo de terreno junto à Estação Ferroviária de Faro, a celebrar entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Faro – Proposta n.º 337/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Esta proposta, aliás já veio uma muito idêntica aqui à Assembleia Municipal, já tinha sido aprovada e o que se pretende aqui é assinar um contrato com as Infraestruturas de Portugal, para que aquela rua que vai deste o Parque Ribeirinho até à Doca que é das Infraestruturas de Portugal, que pertence ao domínio público ferroviário, passe a sua gestão para o município. Como disse, e está anexo à proposta, esse contrato de concessão já foi aprovado aqui em Assembleia Municipal. Mas em função até do projeto que estamos a desenvolver e das necessidades das Infraestruturas de Portugal, houve necessidade de se fazer uma pequena correção, é a única coisa que vem aqui diferente daquilo que já cá tinha vindo, que é uma pequena correção de áreas que agora passa a doze mil duzentos e trinta e quatro metros quadrados e, portanto, tendo em conta que houve essa pequena alteração submetemos este novo contrato, que na prática é uma retificação daquele que já aqui tinha vindo.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Muito boa noite, desde já desejar um bom mandato a todos os eleitos e que possamos contribuir para um concelho de Faro cada vez melhor, dignificando também aquele que é o órgão em que estamos, a Assembleia Municipal.



Tenho uma questão simples relativamente a esta proposta, gostaria que o Sr. Presidente pudesse esclarecer. Isto terá algo a ver com a intenção de construir o novo Porto de Recreio? Ou está de alguma forma associada a isso?»

Presidente da Câmara Municipal – «Esta concessão que aqui está não tem a ver com o Porto de Recreio que estamos a desenvolver, o projeto é apenas a área terrestre, por assim dizer. A parte do Porto de Recreio é um outro contrato que já veio aqui, que é a transferência de competências da área da Docapesca para o município. É evidente que está tudo ligado, estamos a desenvolver este projeto de requalificação desta rua, depois estamos a fazer o projeto do Porto de Recreio que encabeça ao fim ao cabo esta rua e depois estamos a fazer o outro projeto da construção do passadiço que vai até ao Largo de S. Francisco.

Na prática, é um conjunto onde envolve três projetos e várias entidades que têm jurisdição nesta área.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Eu julgo que hoje o que estamos a abordar aqui é a retificação de uma área apenas.

No entanto, eu gostava de recordar relativamente a este assunto apenas dois aspetos. Do ponto de vista dos interesses do município de Faro, quando este assunto foi abordado em Assembleia Municipal, recordo-me de alguma indefinição sobre a utilização daquele espaço dos armazéns. Mas recordo-me principalmente de outra coisa. Da forma extremamente leonina e sobranceira como esta empresa IP -Património Administração e Gestão Imobiliária S.A. tratou da construção do contrato. Eu não sei que tipo de utilização é que hoje está a ser feita daqueles armazéns. Agora o que sei é que para aqueles armazéns o jogo ficou todo na mão deles em termos de custos, de prazos de correrem de lá com o município de Faro quando muito bem entenderem e entretanto cobrarem sempre mais, e que não é pouco, pela utilização daqueles espaços.

Pareceu-me na altura, e recordo isso aqui e haveremos de acompanhar isto no futuro, que os interesses do município de Faro relativamente a esta contratualização foram claramente subestimados relativamente aos



interesses defendidos por esta sociedade anónima em nome dos seus acionistas.

Nesse sentido, nós vamo-nos abster em relação a isto, mas gostava de recordar que aquilo foi um contrato de um coxo com um corredor, perdoem-me a expressão.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Eu penso que este conjunto de armazéns foi uma boa iniciativa. Colocar à disposição da Câmara e fazer a sua contratualização, porque toda a baixa de Faro adivinha-se e há uma série de projetos já encetados pela Câmara, que é o quilómetro cultural, é a marina exterior, mas penso que temos que dar um passo mais largo.

Eu acho que a Docapesca, essa sim, está a ter um domínio sobre esta área. Estou a recordar a Doca e o estado em que está em termos de arquitetura e ambiente, mesmo depois da dragagem que foi feita. Recordo que a Câmara de Olhão está interessada em comprar uma draga e penso que o Algarve devia ter uma draga – não uma Câmara – essa draga é fundamental para todo o Algarve e é fundamental que a Câmara de Faro comece a pensar em tornar o domínio público para municipal. Porque o que é a Docapesca? Que efeitos é que tem a Docapesca no centro de uma cidade? Que capacidade é que tem de limpeza da Doca? A Doca está cheia de lixo, não há ninguém a limpar. A CP não limpa a linha ferroviária, está outra vez uma lixeira.

Recordo aqui o Engenheiro e Presidente desta Câmara anterior, que no primeiro dia do mandato foi apanhar o lixo da linha de Caminho de Ferro, em toda a sua frente cidadina.

A futura marina é exterior, penso eu que a Doca vai ser transformada, na minha prespetiva como arquiteto, num espelho de água, oxalá assim o seja para despoluir aquela área toda e melhorar as condições ambientais de toda aquela área que tem um potencial incrível.»

Presidente da Câmara Municipal – «Querida só dar aqui uma nota sobre o que o membro António Mendonça referiu. Este contrato que aqui está não é o dos armazéns. Há um segundo contrato que já cá veio, salvo erro, em que as infraestruturas e a ferrovia nos cedem os armazéns que estão lá na Estação de Caminho de Ferro, que eram as antigas oficinas e armazéns da



REFER e que estão neste momento desativados. São mil e tal metros que nos cedem. Vamos assinar juntamente com este, esse mesmo contrato, para nós fazermos ali um equipamento cultural, mas esse é um outro contrato que não tem a ver com este. Este é de alguma forma a passagem da gestão desta área que aqui está, que é a rua onde nós vamos desenvolver esse. E há aqui uma coisa curiosa, porque é assim: o Estado, até bem no meu ponto de vista, não dá nada a ninguém, e daí este contrato é feito por vinte e cinco anos e pagamos duzentos e cinquenta euros por ano às Infraestruturas e eu até concordo com isso. O que eu não concordo é que o Estado aos municípios não paga nada, e todos nós conhecemos e aqui em Faro também, “n” terrenos, “n” equipamentos que foram doados ao Estado a custo zero, mas essas são as regras e aquilo que está em causa é a rua e nestas condições.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE)

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 337/2021/CM e respetiva documentação de suporte – retificação da área do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de terreno junto à Estação Ferroviária de Faro, com o total de 12.234 m², a qual foi provocada pela alteração da “Parcela E”, integrada no domínio público ferroviário e devidamente assinalada em planta anexa ao contrato, com a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S. A, conforme apresentado no ofício n.º 7504, de 08/09/2021, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	---	01	01	01	28
Contra											00
Abstenções							03				03



Este assunto foi aprovado por maioria.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 06

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante a 2ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2021 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 400/CM/2021.

Presidente da Câmara Municipal – «O ponto n.º 6, que é a proposta 400, é a 2ª revisão ao orçamento dos Serviços Municipalizados – Teatro Municipal de Faro, que tem como fundamento o facto de termos tido uma receita superior àquela que estava prevista, na ordem dos sessenta mil euros e de haver necessidade de o município transferir para o Teatro Municipal cerca de oitenta e cinco mil euros para fazer face a um conjunto de despesas com a Capital Europeia da Cultura.

Já agora, aproveito para informar que a candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027 tem que ser apresentada pelas diversas cidades, que todos nós já ouvimos dizer que se vão candidatar, até dia 23 de novembro, portanto daqui a pouco mais de quinze dias e que estamos neste momento a imprimir a brochura para entregar e será entregue dentro do prazo.

Houve aqui um conjunto de despesas adicionais que o Teatro realizou, ou vai realizar, para isso e portanto esta revisão ao orçamento vai permitir depois, dentro do orçamento do município, fazer essa transferência para os Serviços Municipalizados de cerca de oitenta e cinco mil euros.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «A candidatura da nossa cidade a Capital Europeia da Cultura é deveras importante e penso que mesmo que não seja ganha, tudo aquilo que for investido na cidade em termos de infraestruturas e em termos da cultura não se vai perder com um “Não” mesmo que a candidatura não chegue a bom porto.

No entanto, 10% do orçamento dedicado à cultura, não sei se não será um bocadinho demais (mas isto sou eu a falar) quando há outras coisas também a precisarem de atenção. Espero sinceramente que o desporto não seja prejudicado e que outras situações na cidade se mantenham intactas e que



esta nossa candidatura não seja uma desculpa para não realizar outras coisas.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Relativamente a este ponto há aqui uma questão que gostaríamos de colocar.

Primeiro, considerar importante todo o trabalho que se faz rumo à vitória na nossa candidatura à Capital da Cultura. Mas face ao dispêndio económico/financeiro que esta Câmara tem feito, e que tem estado explanado no orçamento de 2021, perguntar qual o ponto da situação relativamente a benfeitorias na cidade, e inclusive da própria candidatura que entretanto já aconteceu.»

Não havendo mais intervenções para a discussão do ponto passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE)

Face ao resultado obtido na respetiva votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na Proposta n.º 400/2021/CM – 2.ª Revisão ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2021 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados, conforme apresentado no ofício n.º 9400, de 04/11/2021, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	CH	Total
Favor	10	02	01	01	01	10	---	01	01	01	28
Contra											00
Abstenções											03

Este assunto foi aprovado por maioria.”



Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 07

Eleição do Presidente da Junta de Freguesia (e um substituto, também Presidente de Junta), delegados ao XXV Congresso da ANMP.

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro – «Sobre esta proposta dizer que os Presidentes de Junta tiveram oportunidade de se reunir previamente e de acordo com o que tem sido prática nos últimos anos, que é um sistema de rotatividade, calhou agora ao Partido Social Democrata indicar os membros para este congresso.»

Foi apresentada à Mesa uma lista (lista A), a qual foi colocada à votação, por escrutínio secreto.

Feita a contagem dos boletins de voto, foram eleitos, com 26 votos a favor, 02 votos brancos e 03 abstenções:

Efetivo: Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (Presidente da União de Freguesias de Faro – Sé e S. Pedro)

Substituto: Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro.)

Passou-se então ao:

PONTO N.º 08

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – «Relativamente à questão do contencioso, desde 13 de setembro – a última reunião que tivemos – as coisas mantiveram-se exatamente da mesma forma e portanto mantemos aqui a mesma ordem de grandeza.

Sobre a situação financeira, de receita corrente dos cinquenta e seis milhões que temos previstos, já foi cobrado quarenta e seis milhões,



portanto há ainda dez milhões que não foram cobrados, mas ainda faltam dois meses para o final do ano.

Relativamente ao endividamento de médio/longo prazo, continua a cifrar-se na ordem dos catorze milhões de euros.

Da receita de capital, dos cerca de sete milhões que estavam previstos no orçamento, apenas foi cobrado até à data um milhão setecentos e oitenta e oito mil euros.

Em termos de despesa de capital, tínhamos vinte e dois milhões em orçamento, estão comprometidos vinte milhões, faturados onze milhões, pago quase tudo exceto quarenta e sete mil euros que são faturas que estão em andamento.

Da despesa corrente, o que estava previsto seriam quase quarenta e dois milhões, estão trinta e nove milhões comprometidos, faturados vinte e oito milhões, pagos cerca de vinte sete milhões e portanto estão em dívida a ser tratado faturas na ordem dos setecentos e setenta e oito mil euros.

Sobre as representações:

- Como se recordam, dia 11 de outubro tivemos a tomada de posse dos órgãos do município em virtude das eleições realizadas;
- Tivemos, no Estádio do Algarve, três jogos da nossa seleção;
- Realizou-se, depois de um ano de interregno, a nossa Feira de Santa Iria, com grande afluência este ano, de pessoas vindas de todo o lado;
- Realizou-se a maratona de BTT;
- O Faro Ativo, mais uma vez, depois de no ano passado não se ter realizado;
- Tivemos uma manifestação por causa dos motociclos;
- Pela primeira vez tivemos um grande evento de skate;
- Tivemos neste Salão Nobre um conjunto de empresários representativos das diversas associações do concelho, numa manifestação de apoio à candidatura Faro 2027;
- No Dia da Convenção de Faro comemoramos, no Teatro Lethes, essa grande data que tem repercussões na notoriedade do concelho de Faro e que está associada à Convenção de Faro, um texto que ainda hoje tem grande pertinência e que todos os países têm vindo a aderir;



- A corrida da Cidade de Faro;
- Temos neste momento quinze novos Sapadores, que estão em estágio como reforço para o nosso Corpo de Bombeiros Sapadores;
- Esivemos na tomada de posse dos órgãos sociais da Associação de Deficientes das Forças Armadas, no dia 29 de outubro na Biblioteca, uma Associação que tem vindo a defender os direitos dos deficientes das Forças Armadas, com grande relevo;
- Também aqui no Salão Nobre estivemos, a semana passada, com os deputados do Algarve, numa manifestação também de apoio à candidatura Faro 2027;
- Tivemos um grande torneio de patinagem na Escola Afonso III com, salvo erro, dezasseis equipas do Algarve, do Alentejo e do Norte;
- No Teatro das Figuras, um grande espetáculo de ópera, que é sempre de assinalar porque não é sempre que temos este tipo de evento;
- António Zambujo, também na semana passada;
- Na Igreja da Sé, novamente e depois de um ano de interregno, o Coral Ossónoba voltou a realizar o Corusfest, com algumas grandes interpretações, ao longo de três dias;
- ~ O aniversário da PSP, que este ano foi realizado aqui na cidade de Faro;
- Participamos também, com o Serviço Municipal de Proteção Civil, numa atividade de sensibilização sobre a questão dos sismos;
- Realizou-se também, na Fábrica da Cerveja, o Marmotto – Semana dos Artistas:
 - O Festival de Órgão que está a decorrer e que deixo aqui um convite para todos os sábados, até ao final do mês de novembro, grandes interpretações, (a próxima, salvo erro é na Igreja da Sé e depois os outros dois são na Igreja do Carmo);
 - Uma grande exposição de um grande farenses, Vicente de Brito, que está patente no nosso museu e que convido todos a passarem por lá para verem grandes obras e quando digo grandes, são grandes em tamanho mas também em qualidade;
 - Uma exposição dos cem anos do arquiteto Manuel Gomes da Costa, que provavelmente poucos farenses conhecem enquanto arquiteto e enquanto dinamizador da arquitetura na cidade de Faro, onde tem muitas obras espalhadas por toda a cidade e que marcou aqui uma época;



- O festival Mochila.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Sou recorrente em relação a esta apresentação de atividades do último trimestre por parte da Câmara.

Pelo respeito por esta Assembleia Municipal, que é um órgão deliberativo, é um órgão que tem uma grande componente política, e pelo respeito que eu tenho pelo Sr. Presidente da Câmara – e ele já sabe aquilo que eu vou dizer. Em relação á Lei 75, que é a lei dos compromissos – o Sr. Presidente não está a cumprir o que deve ser dito aqui a esta Assembleia. Além da apresentação do ponto da situação das contas, é obrigação – até porque há aqui partidos que não têm assento no executivo – é obrigação do Sr. Presidente fazer um relatório mais minucioso em relação aos vários departamentos da Câmara. É isto que se faz a nível nacional e é isto que se faz nas Câmaras onde a democracia funciona.

Porque há partidos que não sabem qual é o número de obras em execução, nem qual é o valor, e não custa nada ao Sr. Presidente, porque tem pessoal suficiente, pedir aos serviços que façam um mapa resumido de qual é a atividade dos vários departamentos. Esta é que é uma informação completa e que cumpre o que está designado na Lei 75, que diz que é da competência dos órgãos autárquicos, apresentar na pessoa do Sr. Presidente, uma informação acerca da atividade do município, bem como a sua situação financeira. Vamos ver se neste mandato o senhor cumpre o que a Lei diz, porque todos os membros que estão nesta Assembleia Municipal têm o direito e o dever de saber qual é o ponto da situação em relação à atividade da Câmara no último trimestre.

Este órgão não pode aceitar e silenciar-se em relação à apresentação do relatório de atividades da Câmara do último trimestre como foi aqui apresentado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Na sequência daquilo que o meu colega de bancada disse, e porque a atual conjuntura sócio/económica requer um papel mais ativo e atento das entidades públicas, do município inclusive, com responsabilidades nas áreas que interessam ao concelho, no



que diz respeito aos apoios às atividade económicas, uma vez que consultando o *site* da Câmara Municipal de Faro estão elencados já há algum tempo um conjunto de objetivos, chegando inclusive a ter sido criado um serviço de apoio às atividades económicas, perguntamos: até hoje, até agora, para lá da fotografia que vimos, onde os empresários apoiam a Candidatura de Faro a Capital Europeia da Cultura, que mais foi concretizado neste enquadramento que consideramos de crucial importância para a nossa cidade?»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «O PAN gostaria de questionar sobre algo recente, que por acaso não surgiu nesta apresentação e que tem a ver com o início das obras de requalificação do Largo da Palmeira, que motivaram aquilo a que nós consideramos um ataque ao património arbóreo da cidade, com as podas extremas às árvores e eventual abate de árvores. A verdade é que não sabemos bem e por isso daí as questões.

Durante a semana já enviámos várias perguntas ao executivo, às quais serão dadas certamente respostas com um detalhe maior. Mas em traços gerais, gostaria de saber que obra é que está prevista em particular para o Largo da Palmeira e em que consiste a requalificação. Também qual a razão subjacente a esta intervenção nas árvores, que são normalmente chamadas de podas de rolagem, em que basicamente cortam-se todos os ramos e o que fica da árvore é o tronco e com um dano possivelmente fatal às árvores.

Para o PAN é complicado perceber este tipo de ações, todos sabemos da falta de árvores que existe na cidade, é um assunto consensual e esta Assembleia Municipal já deliberou, até por unanimidade, várias propostas no sentido da proteção do arvoredado e pelo fim das podas de rolagem.

Também solicitámos que todas as árvores fossem já referenciadas e que também houvesse já uma indicação do seu estado fitossanitário e quais as intervenções previstas, e que essas informações fossem disponibilizadas à população numa aplicação de acesso livre.

Para terminar e também tem a ver com uma questão do acesso livre, foi notada uma dificuldade por parte de vários munícipes no acesso ao projeto. A questão que coloco aqui, também, é se existe algum impedimento legal para que este e outros projetos não estejam disponibilizados de forma



aberta para que todos os munícipes possam ter acesso imediato, sem terem que pedir por requerimento ou enviar e-mails.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe – «Gostaria de intervir neste ponto sobre a atividade municipal, relativamente a obras, saudando o avanço da obra de repavimentação da Rua José Ferreiro Pai, em Bordeira, mas deixando aqui duas ou três questões.

Pergunto inicialmente sobre a Rua da Indústria, também em Bordeira, se está perspeticada alguma intervenção, nomeadamente entre o cruzamento com a Escola EB1 de Bordeira em direção as Funchais. E também uma segunda nota relativa à Rua José Ferreira Pai, assim como em todas as estradas municipais no meio rural de Faro, sobre a necessidade de se prever intervenções de preferência aquando das repavimentações, mas se não for aquando das repavimentações que seja a seguir, sobre os passeios e sobre o escoamento de águas pluviais nestas estradas municipais.

Um caso paradigmático foi a necessidade da intervenção da Junta de Freguesia na Rua José Ferreiro Pai, nomeadamente junto à casa de um membro desta Assembleia Municipal, o excelentíssimo Rui Gago, que estava sempre sujeito a cheias sempre que chovia naquela zona. Conseguimos fazer ali uma intervenção que eu julgo que vai resolver, esperemos bem que sim, ainda não está concluída a 100% mas o que já está feito vai prevenir essas cheias na casa dele e noutras casas naquela zona.

E o apelo que eu deixava era, de facto, para a necessidade de nós olharmos para os passeios e para o escoamento das águas pluviais nestas intervenções, porque em Bordeira há várias pessoas que continuam com dificuldades em sair das suas garagens, em sair das suas casas porque a elevação do pavimento leva a essas dificuldades. E deixar a nota que a Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe está disponível, em conjunto com a Câmara, para ajudar a resolver estas questões e para podermos avançar.»



Presidente da Câmara Municipal – «Relativamente ao que o membro Carlos Alberto referiu, vou ter em conta, sem prejuízo de podermos estar aqui uma noite inteira mas essa é outra questão. Aliás, tenho visto muitos slides destes de outras Câmaras e não vejo grandes diferenças, mas algumas há.

Relativamente ao que a membro Beatriz referiu, dos apoios às atividades económicas, neste último ano e meio temos falado muito com todos os agentes económicos, e dizer que o nosso apoio sempre foi muito pouco, porque este tipo de apoios para os agentes económicos e estou a falar do comércio propriamente, foi sempre dado via administração central e governo. O que nós fizemos foi dinamizar um conjunto de atividades nomeadamente no “Faro Somos Todos”, que continuamos a trabalhar com os lojistas, com a baixa e com o comércio local, no sentido de implementar e fomentar o comércio local.

Relativamente ao Largo Ferreira de Almeida e ao abate das árvores, ainda ontem vi, foi disponibilizado aos vereadores o projeto, alguém pediu, se não foi dado será dado nos próximos dias. Mesmo que a gente não dê agora, daqui a dois meses quando estiver toda a gente sabe o que é que lá está e portanto não há razão nenhuma para isso.

Relativamente à questão das árvores, o que se está ali a fazer é tirar aquela ilha naquela Praça e fazer passar a rua ao meio, deixando os lados livres para os peões e para o comércio local que ali está, nomeadamente a questão das esplanadas.

Há lá oito árvores que cinco delas vão mudar de lugar mas vão ficar lá na Praça e três delas vão ser transplantadas para uma escola. E para além disso ainda vão ser plantadas mais dez árvores. Eu pedia à vereadora para enviar aqueles ficheiros que ainda ontem me enviou, para a Assembleia e ser distribuído a todos e assim todos ficarão com o mesmo conhecimento.

Relativamente ao que o Presidente Sérgio Martins referiu, os serviços têm sempre em conta todas as situações. Não está previsto mais nenhuma intervenção na Bordeira a não ser aquela que estamos a fazer, que é a que está no orçamento que aqui foi aprovado e que estamos a desenvolver. Na Rua da Indústria não está nem em mais local nenhum na Bordeira.»



Seguidamente passou-se ao ponto:

III – Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Usou da palavra:

Sr. Município António Santos – Após cumprimentar todos os presentes, o município apresenta o assunto que o leva a intervir, que por sua vez há já um ano e meio que o vem apresentando e que tem a ver com um acidente que sofreu ao cair na ponte de madeira da Praia de Faro. Diz ter feito a participação à Câmara Municipal do sucedido e que até à presente data ainda não foi indemnizado pelo seguro pelos danos causados na sua perna, uma vez que o que foi fornecido foi a apólice da Fagar, que não cobre o sucedido. Refere ainda que não está curado e que nunca mais teve uma vida normal devido a tal facto.

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente ao que o Sr. António disse, acho muito estranho que nós serviços tenhamos dado a apólice da FAGAR. Eu duvido muito que nós aqui nos serviços saibamos qual é o número da apólice da FAGAR e dos seguros que a FAGAR tem, mas não vou pôr isso em causa.»

Passou-se então ao ponto

IV – Moções

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente, a propósito das moções estarem incluídas neste período, eu quero apenas dizer que, de acordo com o previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, especificamente o artigo 53º n.º 1 alíneas a) e b), só podem ser incluídos no período da ordem do dia, e passo a citar: *A ordem dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão* (portanto a ordem do dia até é uma ordem que essencialmente é composta por proposta da Câmara Municipal e muito bem e assim mesmo deve ser), *desde que sejam da competência deste e o período correspondente seja apesentado por escrito com uma antecedência mínima de:*

- a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias;*



b) Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias.

Significa isto que esta convocatória é ilegal, na minha opinião. Porque este ponto não pode estar incluído no ponto quatro, tem que estar incluído no período de antes da ordem do dia. Esse é o período onde são incluídas as moções.

Porque senão isto significa tão-somente que as moções têm que dar entrada cinco ou oito dias, consoante estejamos em reunião ordinária ou extraordinária. Sucede porém que é o nosso regimento, o regimento atual desta Assembleia Municipal, que nos diz que as moções devem dar entrada até às quinze horas do dia que antecede. O que significa, portanto, que a Mesa só pode colocar as moções no período de antes da ordem do dia e não no período da ordem do dia. Porque nem tão pouco nós sabemos o que é que vai ser incluído nestas moções, porque estas moções surgiram-nos na quinta-feira.

E como tal esta convocatória é ilegal e eu desde já apresento à Mesa o protesto formal da bancada do Partido Socialista sobre aquilo que aconteceu aqui.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Agradeço a intervenção. Queria proceder aqui a dois ou três esclarecimentos relativos à ordem de trabalhos.

O primeiro deles para dizer que o período da ordem do dia é o ponto II e não o ponto IV. O ponto IV está fora da ordem do dia e a organização da reunião desta forma foi consensualizada em reunião de líderes. Eu registo o protesto naturalmente, vou transmitir também ao Sr. Presidente eleito e na próxima reunião de líderes naturalmente que vamos debater esta questão.

Vamos entrar então no Ponto nº IV»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Gostaríamos de apresentar uma moção.

Moção – Controle fronteiriço aeroportuário no Aeroporto Internacional de Faro



Considerando que:

O turismo é uma atividade económica absolutamente vital para a região do Algarve, bem como para o nosso concelho e a nossa cidade de Faro.

A nossa premissa é receber bem os nossos visitantes com serviço de excelência, facto que tem contribuído continuamente para a afirmação do Algarve como uma região de referência mundial no setor do turismo.

Neste contexto, é fundamental que haja uma colaboração coordenada entre as entidades privadas e públicas para garantir uma experiência excepcional e repetível aos nossos visitantes.

Ao longo dos últimos meses e semanas, assistimos a uma contínua degradação na capacidade de resposta dos serviços de controlo fronteiriço aeroportuário no Aeroporto Internacional de Faro, resultando em longas filas de passageiros. As exigências acrescidas pelas imposições legais de combate à pandemia SARS-COV2, bem como o aumento de procura nos últimos três meses, não podem ser utilizados como justificação para a contínua falta de recursos no controlo fronteiriço aeroportuário em Faro.

Conforme referido nos Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Aeroporto Internacional de Faro é o segundo aeroporto a nível nacional com maior origem e destino de voos controlados. Em 2019, segundo o relatório estatístico supracitado, o Aeroporto de Faro registou 34.370 voos controlados. Este número corresponde a 31,4% da totalidade dos voos controlados a nível nacional e mais de 3,5 vezes o número de voos controlados no Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro no Porto. Todavia, estes números não são acompanhados proporcionalmente pela afetação de recursos, resultando numa contínua falta de recursos humanos e capacidade de resposta.

O turismo é responsável por um grande contributo económico, tanto para a região como para o nosso concelho. É necessário considerar, que os agentes económicos do setor foram, devido às restrições impostas pelas medidas de combate à pandemia de SARS-COV2, obrigados a encerrar as suas atividades ao longo de grande parte dos primeiros dois trimestres de 2021. A recuperação económica duradoura do setor poderá estar em causa sem o



esforço urgente, contínuo e permanente dos recursos adequados ao controlo fronteiriço aeroportuário.

Assim sendo a Iniciativa Liberal propõe que no âmbito do controlo aeroportuário no Aeroporto Internacional de Faro, a Assembleia Municipal de Faro:

1. Reconhece a importância da capacitação adequada dos recursos de controlo fronteiriço aeroportuário no Aeroporto Internacional de Faro pelo impacto que, direta e indiretamente, provoca na capacidade económica e social dos residentes e visitantes do Município de Faro.
2. Expressa a sua preocupação quanto à falta de recursos operacionais de controlo fronteiriço aeroportuário no Aeroporto Internacional de Faro ao longo do ano 2021.
3. Reconhece a necessidade, com carácter urgente, de reforço contínuo e permanente da capacidade de resposta dos recursos humanos e técnicos afetos ao controlo fronteiriço aeroportuários no Aeroporto Internacional de Faro pelas autoridades competentes, tanto do Serviço Estrangeiros e Fronteiras como, na sequência da redefinição das competências associadas ao controlo fronteiriço aeroportuário, da Polícia de Segurança Pública.

Sendo aprovada esta moção, deve ser remetida ao Ministério da Administração Interna, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, à Região de Turismo do Algarve, à Confederação de Turismo de Portugal e à ANA – Aeroportos de Portugal, SA.»

O membro da AM, Luís Mascarenhas (PS) – «De referir, e temos que nos lembrar, que toda a situação que se passou e que se passa no Aeroporto de Faro tem a ver com a reestruturação e o controle dos não comunitários. E torna-se também difícil quando, em certos períodos dos meses e das semanas, durante um período de uma hora chegam a aterrar setenta aviões, o que representa cerca de três/quatro mil passageiros, se não for mais.

Depois também tem a ver com outra situação, que é: as condições que o aeroporto apresenta relativamente à área que está destinada a receber



esses extra não comunitários, que é uma área pequena para receber tanta gente, neste caso num período de uma hora em que recebem três/quatro mil pessoas.

E não é com um aumento da capacidade dos efetivos do SEF que se vai resolver esse problema, mas sim minimizar, porque a situação vai-se manter. E essa ajuda é extra local, pois passa pelos governantes, pelo Ministro da Administração Interna e pelo próprio Diretor do Aeroporto porque pode e deve fazer mais e não faz.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Hoje terminou o 32º. Congresso de Hotelaria e Turismo, onde eu tive o prazer de estar presente durante dois dias e este tema foi amplamente debatido, não só no Aeroporto de Faro mas também no Aeroporto de Lisboa e outros aeroportos que têm mais fluxo. Portanto, é um problema que não é exclusivamente nosso, por aquilo que foi aqui dito, e que passa também por a Inglaterra ter saído da Comunidade Europeia e que agora têm de ser controlados e os serviços não estavam preparados.

Em relação à nossa casa, muito pouco podemos fazer, a não ser intervir junto das entidades competentes no sentido de uma resolução rápida, que pode passar não só pela Direção do Aeroporto mas também pelo SEF, apesar de agora estar complicado, pois estamos sem saber realmente qual é vai ser o futuro desta entidade.

No entanto, não é um consolo, é precisamente um desconsolo, mas é um problema que está inerente a quase todos os aeroportos do nosso país. Por isso acho que a Iniciativa Liberal fez bem em chamar a atenção para esta situação. Basta ver que há pessoas que levam duas horas a voar e depois levam três horas na fila para entrar. Portanto, se fosse connosco também não iríamos ficar contentes e começam logo mal uma experiência que pode ser uma experiência gratificante.»

O membro da AM, Rui Gago (PSD) – «Exmº Presidente da Mesa em exercício, na ausência do Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento os vereadores aqui presentes, os meus colegas deputados da Assembleia Municipal reeleitos ou eleitos pela primeira vez, como eu, a



minha saudação e o meu desejo que estejamos à altura da honra e das responsabilidades que os votos dos farenses nos atribuem ao longo dos próximos quatro anos.

Meus caros, em relação à moção apresentada pela Iniciativa Liberal, é uma moção referente ao nosso aeroporto e que vai de acordo com uma coisa que nós consideramos muitas vezes como quase a essência portuguesa, a essência do saber receber bem. Nós gostamos de receber bem quem nos visita e o aeroporto é a porta de entrada da nossa casa, Portugal, e neste caso o Algarve mais concretamente.

Há um problema claro no aeroporto no receber passageiros. E eu digo aqui receber passageiros porque vou alargar mais um pouco do que a questão do controlo fronteiriço. No controlo fronteiriço isso é claro, haverá certamente lacunas estruturais, como foi mencionado pelo colega Luís Mascarenhas, mas há também claras lacunas de stafe. Inclusive não é estranho ver, no Aeroporto de Faro, filas significativas no controle de passaportes, com alguns guichets fechados e isto é um problema que não é material é um problema de falta de recursos humanos.

Mas há uma questão para mim, que não está nesta moção, que é algo que nós como representantes do povo teremos também que pensar e ver de que forma poderemos pressionar para ajudar a resolver, que é para mim mais grave ainda do que esta situação, apesar de esta ser gravíssima, porque também tem uma componente humana muito forte, que tem a ver com o serviço de apoio a passageiros de mobilidade reduzida no Aeroporto de Faro.

É um problema que tem anos, não é um problema de COVID, a falta de stafe suficiente no serviço de apoio a passageiros de mobilidade reduzida, e com o COVID obviamente agravou-se. Tivemos várias situações ao longo do último ano e meio, de rescisões de contrato por mútuo acordo de stafe experiente, tivemos contratos que não foram renovados, tivemos uma tentativa de preenchimento de quadros insuficiente para este verão, muitas vezes até recorrendo a trabalho temporário e, volto a dizer, insuficiente em quantidade. E a consequência disso é que nós também temos a visitar-nos pessoas não Schengen ou Schengen com mobilidade reduzida, que acabam



por ficar horas sentadas na área de *gates* ou na área de bagagens ou até mesmo no exterior do aeroporto junto dos pontos informativos, sozinhos, sem nenhum membro que os apoie, até que algum membro do Stafe esteja fisicamente disponível para fazê-lo. E isso afeta também, e aí toca-nos mais o coração porque são os nossos, os portugueses que escolhem o Aeroporto de Faro, apesar das suas claras dificuldades físicas para viajar.

Dito isto e pelas razões que aqui aponte, obviamente a bancada do PSD votará a favor da moção da Iniciativa Liberal, porque é um problema seríssimo, humano mas também estrutural, que tem que ser resolvido no Aeroporto de Faro para quem nos visita. E peço-vos a todos, colegas de Assembleia e membros do executivo camarário, que façamos o que pudermos para ajudar também a resolver o problema humano com as pessoas de mobilidade reduzida que se veem muitas vezes bloqueadas no Aeroporto de Faro.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Em complemento ao que o meu colega Manuel Mestre afirmou, em relação ao 32.º Congresso de Hotelaria e Turismo que decorreu em Albufeira, e em que se falou e publicitou na imprensa a questão da acessibilidade aérea em Portugal, mas também ao Algarve.

Em causa está o caso desta proposta da Iniciativa Liberal, que nós vamos acompanhar, mas queria recordar que rapidamente nós vamos retornar aos números anteriores. Em 2019, em Lisboa, aterraram mais de treze milhões de passageiros e em Faro nove milhões. Naturalmente que neste período foi bastante reduzido, mas o que é certo, e eu fui consultar as tabelas de tráfego de passageiros nos principais aeroportos, e até 2010 Faro esteve no segundo lugar, ultrapassou duas ou três vezes o Porto em número. E passou para terceira unidade aeroportuária desde 2010 até 2019 e vai continuar, penso eu, em virtude de uma política extraordinária que a região do Porto tem feito para a sua cidade.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, nós acompanhamos as preocupações da Iniciativa Liberal e vamos votar a favor.



E queremos deixar aqui a seguinte nota: os interesses aeroportuários Portugueses deveriam ser prosseguidos pela ANA – Aeroportos de Portugal. Alguém achou por bem colocar os franceses da VINCI a defender os interesses aeroportuários portugueses. Foi uma obra-prima! A outra obra-prima foi aprovada há menos de um mês pela Assembleia da República, que foi a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A combinação perfeita destas duas obras-primas deu o resultado que se tem visto no Aeroporto de Faro. É evidente que quando nós colhemos os frutos temos sempre uma grande dificuldade de ir à procura de quem plantou a árvore. Mas as responsabilidades devem ser claramente assumidas por quem plantou a árvore, porque estes frutos e outros mais miseráveis do que estes, estão a cair em cima de Portugal, dos interesses dos portugueses e do povo português em geral.»

Não havendo mais intervenções para a discussão da moção passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 08 (PS)

Votos a favor – 21 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE)

(Não estavam presentes dois membros do PS)

A Moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – Apresentação da

«**Proposta** – “Atribuição de nome de personalidade identificando o Aeroporto de Faro.

1- Tendo em conta o historial desta infraestrutura aeroportuária com mais de meio século, na tradição milenar portuária da cidade de Faro com ligações ao mundo mediterrânico desde o tempo fenício, grego, cartaginês, romano, árabe e, agora no período moderno e contemporâneo ao resto do mundo.

2 - Sabendo que o aeroporto foi agraciado por esta Câmara e Assembleia Municipal com a medalha de mérito no final do mandato 2017-2021.

3 - Informando que a Assembleia Municipal de Portimão já teve a iniciativa em epígrafe apresentada na vigência da legislatura passada, com uma



proposta que votou na personalidade de um presidente da República; Manuel Teixeira Gomes, ilustre portimonense e também literato importante da Região do Algarve e do país.

4 - Fazendo desde já a declaração de interesse do signatário, como representante do Partido Popular Monárquico, pela futura eleição da figura nacional de D. João I naturalmente ligado ao início da era Moderna e à Expansão portuguesa e europeia, facto histórico e geográfico consensual com a Partida da Região do Algarve da armada naval na tomada de Ceuta, com o rei no comando e instalado precisamente em Faro pela sua ligação à sede da Ordem de Avis, no célebre dia 7 de agosto de 1415.

5 - Sabendo ainda que a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel também no mandato anterior já tivera a iniciativa de indicar o nome do aviador e Almirante Gago Coutinho, erigindo até um monumento escultórico em memória do muito provável natural farenses da então Freguesia de S. Brás de Alportel em 1869.

A exemplo dos 3 nomes atrás apontados nesta breve exposição, reativando-se em primeiro lugar a Comissão para a Toponímia desta Câmara Municipal onde a Universidade do Algarve também tem os seus representantes para consultoria, a indicação da denominação a eleger nesta Assembleia, eventualmente com outras propostas de nomes de figuras indicadas pelos restantes partidos, e, finalmente, ir a votação da Assembleia Intermunicipal (Amal) que tomaria a decisão alargada à Região do Algarve enviando proposta ao futuro governo da nação. Consequentemente, e salvo melhor opinião, deveria a Assembleia Municipal de Faro neste momento votar a iniciativa de atribuir um topónimo e, posteriormente, à personalidade marcante ao aeroporto, abrindo desde já a reflexão e o debate sobre a personalidade a apresentar noutra sessão.”»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «O membro Vítor Cantinho, faz sempre incursões históricas interessantes. Mas esta incursão histórica é claramente um tiro nos pés.

Aeroporto Internacional de Faro projeta Faro no mundo – como é óbvio. E o que é Faro? Faro cidade, Faro concelho, Faro município? Somos nós. Faro



somos nós! Nenhuma personalidade, por mais relevante que seja, deverá substituir-nos, não faz sentido, não tem lógica e não é oportuno. Por mais respeito e por mais valor que nós atribuamos a essa personalidade, neste ou naquele setor de atividade, o que está aqui em causa somos nós, Faro e a nossa projeção no mundo. Seria completamente errado abdicar disso para nos envolvermos numa discussão estéril entre adeptos deste ou daquele ou de aqueloutro.»

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Nesta primeira intervenção queria sobre este assunto dizer (e já foi dito) que o Aeroporto Internacional de Faro acho que nos identifica a todos e é o melhor nome que poderíamos ter. Sendo que também poderíamos ser mal interpretados, quando o aeroporto tem tantos problemas e esta Assembleia está preocupada sobre o nome que deve dar ao aeroporto, quando o nome que tem está mais do que bem aplicado.

Há pouco não fiz uma declaração de voto, mas aproveito que estamos a falar sobre o aeroporto para dizer que a nossa abstenção não tem tanto a ver com o não concordar com alguns termos, mas nas propostas finais poderia parecer que o PS não sente essa preocupação, mas sente. Simplesmente, não é a tirar mais recursos humanos para um problema, que eventualmente o consegue resolver e foi de alguma forma pelos termos que estavam no terceiro ponto da proposta da Iniciativa Liberal.»

Não havendo mais intervenções para a discussão da referida Moção passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 13 (09PS;03CDU;01BE)

Abstenções – 07 (05PSD;01MPT;01PAN)

Votos a favor – 10 (05PSD;02CDS;01IL;01CH;01PPM)

(Não estava presente um membro do PS)

A Moção foi rejeitada.

O membro da AM, António Figueiredo (CHEGA) – «Muito boa noite.



Após os acontecimentos do 25 de Abril de 1974, sob influência exercida pelo Partido Comunista Português e pela Extrema-Esquerda, junto dos oficiais que lideravam o Movimento das Forças Armadas, esteve prestes a vingar em Portugal a estratégia que visava colocar o nosso país sob a tutela que um regime totalitário à imagem da então existente e hoje já defunta União Soviética.

Entre acontecimentos que tão bem demonstram o sentido da agenda política que existia em Portugal, ocorreu uma visita de dez dias do Líder do COPCON, Capitão Otelo Saraiva de Carvalho, na procura de estreitar ligações entre a mencionada ditadura e Portugal. Visita esta que não inocentemente foi solicitada pelo Partido Comunista Português e apoiada pelo Comunismo Internacional.

Depois da tentativa de, a 28 de setembro de 1974, ilegalizar todos os partidos não marxistas do exílio de Oficiais não-alinhados com a ideologia Comunista e a nacionalização da Banca, foi fundamental a pronta reação dos militares democratas ao golpe preparado para o dia 25 de novembro, pelo militares próximos do PCP e da Extrema-Esquerda.

Através de uma análise histórica e política séria e isenta, é inegável que os primeiros passos rumo a uma ditadura Comunista foram dados. Falhou o último, graças à intervenção pronta e eficaz do Regimento de Comandos da Amadora, então sob o comando do Coronel Jaime Neves e de vários outros corajosos democratas. Pelo que a sua ação decisiva devemos todos a nós a liberdade e o regime democrático que hoje podemos usufruir.

Sem esta intervenção a Extrema-Esquerda Comunista teria conseguido o seu objetivo e a Revolução do 25 de Abril de 1974 não seria jamais estudada como um primeiro passo para a liberdade, mas sim o primeiro passo para a substituição de um regime autoritário por um regime totalitário, tal como os que hoje sufocam países como Cuba, Coreia do Norte ou Venezuela.

Sem a vitória das Forças Democráticas no dia 25 de novembro, não haveria seguramente liberdade em Portugal.

Nesse sentido vimos propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de



outras datas de importância semelhante, como por exemplo a data do 25 de Abril de 1974, devendo para tanto convocar uma sessão solene desta digníssima Assembleia Municipal para o dia 25 de novembro de 2021.

Uma vez aprovada esta moção será remetida ao Presidente da Câmara Municipal e seus Vereadores, Presidentes das Assembleias de Freguesia do concelho, Assembleias de Freguesia do concelho, grupos parlamentares da Assembleia da República e a Associação de Comandos.

“Texto da Moção:

Preâmbulo

Em 25 de Novembro de 1975, O Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por um grupo de civis organizados e militares espalhados por todo o País, travaram uma tentativa de implementação de uma ditadura marxista-leninista, de contornos naturalmente anti-democráticos e que visava terminar com o processo de democratização do país iniciado no dia 25 de Abril de 1974.

Os valores de Abril e o seu espírito sofreram durante difíceis 19 meses ataques continuados por parte das forças do obscurantismo chamado “PREC”» Processo Revolucionário em Curso, que por determinação e valentia dos homens do Regimento de Comandos da Amadora e seus apoiantes em todo o País, lograram abortar essa tentativa de lançar o país nas trevas e coloca-lo sob o domínio da então URSS.

Passados que são 46 anos, a data do 25 de Novembro continua a ser riscada da gloriosa história de Portugal, facto que o Partido Chega repudia com veemência. Devemos celebrar a nossa história, transmitindo às gerações vindouras o orgulho de sermos Portugueses e mostrar ao mundo a grandiosidade de Portugal.

Deliberação

Neste sentido, esta Assembleia Municipal de Faro reunida no Salão Nobre da Câmara Municipal de Faro aos 12 dias do mês de Novembro de 2021 vem propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de Novembro de



1975, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas de importância semelhante como exemplo a data do 25 de Abril de 1974, devendo para tanto convocar uma Sessão Solene desta digníssima Assembleia Municipal, para o dia 25 de Novembro de 2021.

Uma vez aprovada esta Moção será remetida para:

*Presidente da Câmara Municipal e seus Vereadores,
Presidentes das Assembleias de Freguesia do concelho,
Assembleias de Freguesia do concelho,
Grupos Parlamentares da Assembleia da República
Associação de Comandos.” »*

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente, e peço-lhe desculpa mas espero que na futura Assembleia Municipal e no período de Antes da Ordem do Dia, constem lá as moções, pois ao longo destes anos todos de existência de Assembleia Municipal é a primeira vez que as moções ficam no último ponto.

Em relação à moção apresentada pelo CHEGA, quarenta e seis anos depois do 25 de novembro, continua a direita radical ressabiada com o 25 de Abril e contra esta data memorável e as suas conquistas elementares, o que levou Portugal a ser um país livre, democrático, pluralista e solidário.

Não me surpreende esta moção vinda do CHEGA que tem vindo a atacar todas as conquistas, ao longo da história democrática, em termos de igualdade, da paridade do género, direitos humanos, da luta contra a discriminação e desigualdade.

O CHEGA terá que explicar, mais cedo ou mais tarde, o que o distingue de um partido que alimenta discursos xenófobos, defende o fim dos serviços públicos na saúde e na educação, suspende a lei da paridade e a revogação da lei do género e da igualdade etc., etc.

Senhores deputados municipais, os acontecimentos e as datas fraturantes da nossa sociedade não se comemoram, o 25 de Abril sempre!»



O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Eu devo dizer-vos que do 25 de Abril de 1974 a 06 de julho de 1976 decorreram pouco mais de dois anos que eu vivi intensamente. Tinha vinte e cinco anos e estava em Lisboa quando aconteceu o 25 de Abril; tinha vinte e sete anos e estava em São Brás de Alportel quando o primeiro governo constitucional, chefiado pelo Dr. Mário Soares, tomou posse.

E devo recordar-vos também que em 11 de setembro de 1973, para muitos dos que estão aqui não quererá isso dizer grande coisa, mas para quem em 1973 já era adulto, o que aconteceu no Chile, um país democrático, com um Presidente Socialista, eleito por obra e graça da CIA e dos Estados Unidos, foi uma coisa completamente miserável. Em 1974 a memória do 11 de setembro de 1973 no Chile estava fresquíssima.

Eu devo, para abreviar, lembrar-vos o nome de quatro homens. Não por aquilo que esses quatro homens em si foram, mas por aquilo que esses quatro homens e todas as forças político/sociais e militares que estavam com eles representaram.

O primeiro desses homens foi o Presidente da República Costa Gomes, por inerência Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. O segundo desses homens foi Ramalho Eanes, que foi capaz de assumir que jamais quebraria a sua lealdade ao Presidente da República e Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Costa Gomes. O outro homem foi um homem importantíssimo do grupo dos nove, Melo Antunes. E finalmente, o quarto homem foi Álvaro Cunhal. Contrariamente ao que é afirmado, numa profunda falsificação histórica e calúnia à orientação do Partido Comunista Português, quem consultar a imprensa comunista da época, os discursos dos principais responsáveis comunistas da época, os comunicados dos principais responsáveis comunistas da época, poderá constatar com facilidade que todo o esforço da direção do Partido Comunista Português foi aplicado na construção de um compromisso entre as várias correntes militares. E isso foi razoavelmente bem-sucedido. E a guerra civil que muitos desejavam não aconteceu. E o 25 de novembro que muitos desejavam não aconteceu. E depois do 25 de novembro e daquilo que muitos queriam que acontecesse e que não aconteceu, o Partido Comunista



Português continuou no Governo com um Ministro e mais do que um Secretário de Estado.

E só com o primeiro governo constitucional é que se iniciou um caminho, teve um ligeiro parênteses em 2015/2016, que parece que já está fechado, que foi um caminho terrível da recuperação do capitalismo monopolista de estado em Portugal, de afirmação do bloco central de interesses e interessados, da promoção do tudo quanto é facilitador comissionista nesta pátria Portuguesa, que conduziu o país à situação desgraçada em que se encontra hoje.

E para aqueles que sejam mais atentos à história, mais novos e que porventura tenham alguma preocupação séria com estas coisas, vou-vos deixar aqui algo que vos vai surpreender.

Para não me enganar, em 09 de dezembro de 1974, os Estados Unidos da América nomearam o embaixador em Portugal Frank Carlucci. Frank Carlucci apresentou as credenciais ao Estado Português em 24 de janeiro de 1975. Junto aqui este quinto nome porque, surpreendentemente, Frank Carlucci apostou tudo numa solução para Portugal diferente da que tinha acontecido no Chile. E que muita gente no governo dos Estados Unidos da América, começando pelo Presidente e acabando no Secretário de Estado Kissinger queria colocar aqui.

Ele conseguiu os apoios, conseguiu os dinheiros, conseguiu aquilo que podia para, apostando tudo em Mário Soares e no Partido Socialista, conseguir levar a dele avante sem nós nos confrontarmos numa guerra civil. Se alguém tiver curiosidade, vá ler uma entrevista que o Frank Carlucci deu ao Expresso uns anitos antes de morrer, para perceber porque é que Francisco Sá Carneiro ficou frustradíssimo pelo eleito do Carlucci não ser o Partido Popular Democrático e Sá Carneiro e o eleito do Carlucci ser Mário Soares e o Partido Socialista.

Relativamente a isto é uma pura falsificação histórica que só merece um rotundo voto contra.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Boa noite a todos.



Ainda há pouco não fiz o meu comentário da apresentação, mas o grupo parlamentar do CDS deseja cumprimentar todos os eleitos, todos os farenses que no dia 26 de setembro falaram em nome da democracia e elegeram esta Assembleia em representação de todo o território de Faro. Desejamos que os trabalhos nesta Assembleia decorram em prol do bom e do bem dos interesses das terras de Faro. Todos diferentes, todos iguais, todos desejamos trabalhar na mesma direção: defender os interesses dos farenses e lutar pelo desenvolvimento dos territórios do município de Faro.

Em relação ao 25 de novembro, somos muito sensíveis ao facto, trata-se de um momento clássico, dentro do grupo parlamentar e dentro da família do CDS-PP, pois nesta casa temos apresentado sempre uma declaração de saudação, relembrando sempre esta data tão significativa nestas terras tão amadas que se chamam Portugal. Relembrar que, sim, o verdadeiro dia da liberdade foi realizado e foi consagrado no dia 25 de novembro de 1974.

Como tal, como não poderia deixar de ser, o grupo parlamentar do CDS vai acompanhar com todo o gosto, com toda a sua convicção, a moção apresentada pelo CHEGA e é com elevada estima patriota que nós acompanhamos e defendemos os territórios de Portugal. Viva o 25 de novembro, 25 de novembro sempre!»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «É um debate recorrente no mês de novembro, como disse o membro do CDS, mas não haveria 25 de novembro sem 25 de Abril. O 25 de novembro, ainda assim, foi efetivamente uma data marcante para a nossa democracia. Já muito se escreveu sobre ela, existe uma literatura extensa sobre o assunto, que recomendo até pelo interesse histórico, mas ela não é uma data consensual e historicamente também não é muito clara, e é de alguma maneira fraturante relativamente e ao contrário do 25 de Abril que uniu todos os portugueses. E sobre isso o próprio Ramalho Eanes, um dos protagonistas da data, disse há muitos anos que entende que os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se e recordam-se apenas para refletir sobre eles. E esta será também a nossa posição, não iremos votar a favor.»



O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Pois em relação ao 11 de setembro, eu também tive a minha experiência com dezassete anos, e as condições geográficas no hemisfério sul eram completamente diferentes.

A 11 de setembro de 1974, assisti a uma mortandade após um incidente na baixa da cidade, então Lourenço Marques, hoje Maputo, a minha terra. E com dezassete anos, a seguir a esse incidente, passados uns dias tive de apanhar um avião da TAP e depois de uma festa com cheirinho de alecrim em Lisboa, chegamos exatamente à capital.

Nós não concordamos com a equiparação do 25 de Abril ao 25 de Novembro na forma de festejar, respeitamos as duas datas de forma diferente. Acho que são duas ações militares importantes. Eu vivi uma ação militar completamente diferente (penso eu que era com o General Kaúlza de Arriaga, na altura) e por isso tenho uma experiência e uma marca completamente diferente. No entanto, não queria ter uma posição de omissão e não deixar de dizer que nos anos subsequentes de 75, 76 e 77, o movimento aeroportuário em Faro foi muito baixo.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito boa noite, caros membros da Assembleia.

Eu só queria fazer aqui dois ou três reparos. A Iniciativa Liberal apoia a comemoração do 25 de novembro e obviamente votará a favor da presente moção. Mas nós consideramos que a liberdade e a democracia só podem funcionar em binómio e uma sem a outra é efémera. Por isso é importante assinalar, relembrar, ensinar e comemorar o 25 de novembro com a devida importância que merece.

Há aqui um pormenor: é que lamentamos que a presente moção seja restrita ao presente ano em que infelizmente, devido à limitação temporal, não se conseguirá fazer uma comemoração digna da data, por isso gostaríamos, na verdade, que a moção fosse muito mais abrangente e pelo menos se aplicasse à totalidade do mandato, de forma a garantir a dignidade da comemoração da data.»

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Eu até compreendo que algumas das forças aqui concordem com lembrar, pelo menos, o 25 de



novembro; o que me pode surpreender é que possam votar um texto onde alguém adjectiva um movimento que eles não concordam como “obscurantismo” (penso que é o que está no texto). Surpreende-me porque mandam as regras da educação e do respeito pela diferença que não se usem determinados termos. Era só.»

Não havendo mais intervenções para a discussão da referida Moção passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 14 (09PS;03CDU;01BE;01PAN)

Abstenções – 06 (04PSD;01MPT;01PPM)

Votos a favor – 10 (06PSD;02CDS;01IL;01CH)

(Não estava presente um membro do PS)

A Moção foi rejeitada.

O membro Paulo de Oliveira Botelho, informa que apresentará à Mesa uma declaração de voto por escrito.

“DECLARAÇÃO DE VOTO

O eleito do PSD, Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho, ao abrigo do artigo 51, Secção III do Regimento da Assembleia Municipal de Faro, vem por este meio apresentar a sua Declaração de Voto relativa à Moção referente a "realização de uma cerimónia oficial do 25 de novembro 1975" apresentada pelo eleito na Assembleia Municipal de Faro António José Figueiredo Martins da Luz, em representação do partido CHEGA.

Falar do 25 de novembro de 1975, debater a sua preponderância na afirmação do regime democrático ou a sua celebração, é olhar para a história da nossa jovem democracia, de uma forma aberta e descomplexada, sem preconceitos, sem a segmentar nem a truncar de forma seletiva ao sabor desta ou daquela corrente política. Importa desconstruir e aclarar de forma séria e honesta aquilo que nos divide, fazendo paz com o nosso passado.

Se o 25 de Abril de 1974 nos abriu as portas de Portugal aos valores da liberdade e a promessa de instauração de um regime democrático, aos anos que se seguiram foram profundamente marcados pela emergência de conflitos, mais ou menos extensos, na sociedade portuguesa.

Em novembro de 1975, Portugal vivia um dos períodos mais conturbados e agitados da nossa jovem Democracia, decorrente da enorme instabilidade social e política decorrente dos erros e ressentimentos,



excessos e ambiguidades, que contribuíam para um escalar de tensões, agudizando-se até ao desfecho militar de 25 de novembro. Esta divisão popular também estava presente nas forças armadas com o grupo de militares moderados dentro do MFA, que virá a ser conhecido como *Grupo dos 9*, a distanciar-se da forma como este órgão se deixou partidarizar por um determinado setor político, ou seja, os apoiantes de Vasco Gonçalves e o PCP.

Assim, a 25 de novembro, com o país lançado no caos político já que o Governo tinha suspenso funções, os militares afetos à extrema-esquerda ocupam o Comando da Região Aérea de Monsanto, Escola Militar da Força Aérea e outras cinco bases aéreas, assim como os estúdios de Lisboa da RTP. Costa Gomes declara o *Estado de Sítio* e durante dois dias os militares da ala mais moderada do MFA, onde se destacavam o General António Ramalho Eanes, General Pedro Pezarat Correia, General Manuel Franco Charais, General José Manuel Costa Neves, General Jaime Neves, Almirante Vítor Crespo, Coronel Vasco Lourenço, Coronel José Canto e Castro, Coronel Rodrigo Sousa e Castro, Coronel Ernesto Melo Antunes e Coronel Vítor Alves, os quais com coragem e de forma abnegada, contiveram heroicamente a ala mais radical do Movimento das Forças Armadas (MFA), acicatado e apoiada pelas alas mais radicais, retomando o controlo das várias bases ocupadas.

Mas se é incontornável reconhecer o papel decisivo dos militares na liderança deste processo, pacificação política e social, pondo fim ao período turbulento da transição revolucionária, a que se convencionou designar de PREC, é importantíssimo reconhecer o papel determinante neste processo de reputadas figuras da sociedade civil, como os líderes partidários de então, designadamente, Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral. Sem a determinação destes homens o país caminhava a passos largos para uma guerra civil, com consequências inimagináveis, que se previam trágicas para o País e para os Portugueses, e o caminho da democracia portuguesa pluralista e liberal teria sido bem mais amargurada. Assinalar o 25 de novembro oficialmente, não é algo que diminua o 25 de abril. O 25 de abril de 1974 é sentido por todos os democratas como a data fundadora da nossa Democracia, elemento central na celebração da democracia e liberdade. Contudo, a democracia portuguesa não começou a 25 de abril nem terminou com o 25 de abril. As suas sementes foram lançadas ao longo de décadas, por membros do Partido Comunista Português, membros do Partido Socialista, por membros do Partido Social-Democrata, por membros do Centro Democrático e Social e por milhares de ilustres portugueses desconhecidos, desembocando no 25 abril 1974.

A História da nossa democracia não é um processo finalizado. Pelo contrário, está em constante crescimento e aperfeiçoamento, marcado pelas naturais *dores de crescimento* e afirmação. O 25 de novembro 1975 é claramente um dos momentos mais marcantes nesse crescimento, determinante na afirmação de uma democracia liberal e pluralista em Portugal e na afirmação dos valores e princípios de



liberdade lançados à terra em abril.

Eu, Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho, eleito pelo PPD/PSD na Assembleia Municipal de Faro, votarei favoravelmente esta Moção por considerar imperiosa a necessidade de assinalar oficialmente este momento histórico da nossa democracia. Não o fazer, é perpetuar a história parcial e truncada que alguns insistem em querer perpetuar.

Faro, 15 de novembro de 2021

Paulo de Oliveira Botelho”

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Recomendação - Criação da Divisão de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal de Faro.

Em Portugal, cerca de metade dos lares têm, pelo menos, um animal de companhia, número que tem vindo a aumentar, de acordo com o estudo realizado pela GFK. Estima-se que cerca de 2,151 milhões dos lares portugueses – 56% - possuem pelo menos um animal de estimação. O estudo aponta para que existam também em Portugal cerca de 6,7 milhões de animais de estimação.

Com a evolução social e civilizacional, os animais de companhia são hoje em dia reconhecidos como parte integrante das nossas famílias. Portugal tem acompanhado esta nova consciência aprovando alterações legislativas no sentido de lhes garantir mais direitos, como são exemplo o fim dos canis de abate, a alteração do estatuto jurídico dos animais, em que deixaram de considerados apenas coisas e em que lhes são reconhecidas as capacidades de consciência e senciência. Também a moldura penal sobre os crimes contra animais foi alterada, de forma a garantir mais proteção aos mesmos.

Estas alterações vão de encontro tanto ao nosso senso comum, relativamente à forma mais justa de nos relacionarmos com os animais, como aos factos científicos, muito bem expressos por exemplo, na Declaração de Cambridge, onde vários cientistas de muitas áreas da neurociência cognitiva, neurofarmacologia, neurofisiologia, neuroanatomia e neurociência computacional, e mesmo tão conhecidos como Stephen Hawking, declararam a senciência animal com um facto: “evidências convergentes indicam que os animais não-humanos têm os substratos



neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos dos Estados conscientes, juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais” e que, este peso da evidência indica ainda que “os seres humanos não são únicos em possuir os substratos neurológicos que geram consciência. Animais não-humanos, incluindo todos os mamíferos e aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.”

A evidência de sensibilidade animal está em toda parte, já que são mais de 2500 estudos que indicam essa capacidade de sentir, perceber, ou ser consciente.

A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), considera que o respeito do ser humano pelos animais está ligado ao respeito pelo seu semelhante e que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender e a respeitar os animais, tendo proclamado a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Faro também tem feito o seu caminho e do ponto de vista das políticas de proteção animal tem demonstrado uma abertura crescente para esta causa.

Assembleia Municipal de Faro foi pioneira ao declarar que os circos com animais não são bem-vindos ao concelho e ao longo dos últimos anos tem dado um apoio crescente às associações zoófilas, tendo alterado o regulamento de apoio associativo para poder incluir estas mesmas associações. Também no que toca a políticas públicas, o investimento tem sido crescente nas boas práticas nas políticas de controlo da população de animais errantes no município com o apoio a programas CED – Captura - Esterilização e Devolução de animais errantes.

Têm sido feitos investimentos em diferentes escalas que vão desde a oferta de leitores de microchips às forças de segurança e proteção civil que intervêm no terreno, aquisição de viatura para transporte de animais, apoio a famílias com comprovada carência socioeconómica na esterilização dos seus animais, como é o caso do projeto piloto no bairro da “Horta da Areia” e claro a construção do tão aclamado e necessário Centro de Recolha Oficial Animal (CROA), num investimento superior a um milhão de euros e que será uma infraestrutura de apoio central à operacionalização de



medidas no sentido de garantir mais saúde, proteção e bem-estar aos animais do concelho.

Este espaço terá que ser devidamente reforçado em termos de meios humanos e técnicos, para todo o seu potencial possa ser aproveitado neste caminho que continuamos a trilhar de transformar Faro em um município cada vez mais amigo dos animais.

Nesse sentido cabe também à Câmara Municipal de Faro, adaptar o seu modelo de estrutura orgânica a esta realidade e atribuir à causa animal a dignidade crescente que lhe tem atribuído e que ela neste momento representa.

Deste modo, e pelos motivos atrás expostos, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

1 – Altere o modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Faro no sentido de criar a Divisão de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal de Faro”.»

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Eu saúdo o PAN por trazer estes temas aqui, como sabem o Governo também se tem preocupado bastante sobre estes temas.

Não discordando da proposta que está a ser feita aqui, eu devo lembrar (e não encontrei referência nenhuma na moção que o PAN fez, tem esta lacuna e por isso eu pedi a minha intervenção) que recentemente o Governo, e infelizmente por acontecimentos menos agradáveis, como alguns canis terem sido atingidos por incêndios, percebeu que alguma coisa estaria a falhar na organização dos municípios, e portanto colocou aqui algumas competências novas no Ministério do Ambiente, como é sabido, e não está aqui nenhuma referência.

Essa tentativa de tentar que as coisas aconteçam e estejam mais organizadas nasceu dessa iniciativa do Governo que atribuiu competências nestas matérias também ao Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade que se irá reforçar com dois veterinários na região. Pelo que,



não discordando, como eu disse, da criação de uma Divisão, talvez pudesse ser prudente e a forma como a moção está, não explorou esta situação, porque nós esperamos que alguma coisa boa aconteça desta iniciativa do Governo.

Só queria acrescentar isto, porque saúdo como disse no início, estas iniciativas do PAN, mas queria acrescentar esta informação.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Eu julgo que nesta Assembleia estarão alguns professores. E fico um bocado preocupado com a utilização que se faz do termo animal. Ou eu já esqueci tudo o que aprendi quando fui estudante, ou alguma coisa está a falhar aqui.

Afinal de contas, o que é que é o reino animal? Ser animal o que é? Eu aprendi que há milhões de espécies animais. Mas nós agora estamos a dizer aos nossos jovens, nas escolas, que o reino animal não tem milhões de espécies animais? Nós agora estamos a dizer aos nossos jovens, nas escolas, que os animais de companhia são hoje em dia reconhecidos como parte integrante das nossas famílias, e não há mais nada. Mas isto é mesmo assim?

Eu acho que do ponto de vista da cultura científica de um povo, da educação de uma juventude, não se deve meter, nem de perto nem de longe, na cabeça dos jovens que o reino animal não são milhões de espécies com características altamente diferenciadas.

E abrindo um parenteses, eu só espero que não apareça pela nossa cidade alguém que se lembre de trazer para casa uma cobra daquelas que ninguém quer ter ao pé, porque só falta isto para nós começarmos a perceber que estamos a brincar com coisas muito sérias.

Depois outra observação. Quando nós falamos aqui que os animais de companhia são hoje em dia reconhecidos como parte integrante das nossas famílias, eu só porque sou curioso destas coisas atrevia-me a estabelecer uma escala: em primeiro lugar estão os cães; em segundo lugar estão os gatos – mas cuidado com os gatos que os gatos não são como os cães, o que se faz a um cão já é mais difícil fazer a um gato – e depois estão os pássaros ou os passarinhos. E acabaram-se os animais.



Diz-se aqui e bem que há consciência e senciência nos animais, os animais sentem e porventura têm consciência daquilo que sentem. Eu gosto muito de apreciar os cães a passear levados pelos donos e espero não ter que ver um dia os donos a serem levados a passear pelos cães. Mas quando eu vejo muitos donos de cães a passearem os cães e tenho presente isto que aqui é dito, que os cães sentem e têm consciência daquilo que sentem, eu vejo certos donos a passear cães de um modo terrível para os animais. Porque se eles sentem e têm consciência do que sentem, aquilo é uma barbaridade que está a ser feita ao animal, aquilo não é de quem gosta do animal, nem é de quem respeita o animal. Quem gosta e respeita um animal não faz aquilo! É a minha opinião, que porventura não estará certa.

Para concluir, uma pergunta. Existe porventura em Faro algum departamento ou até mesmo uma divisão que seja especialmente vocacionada para tratar da proteção e bem-estar dos seres humanos? Será que existe? Será que nós todos temos consciência de que no município de Faro, na sua organização, está lá um departamento especialmente vocacionado para tratar, proteger e cuidar do bem-estar dos seres humanos? Se há ainda não dei por isso, mas também pode ser uma falta de atenção minha.

De modo que se deve tratar convenientemente bem todos os animais em função daquilo que o animal é. Porque nos milhões de animais que existem, há animais altamente perigosos para o ser humano e há animais com os quais o ser humano pode conviver facilmente sem correr grandes riscos. Mas não vamos meter na cabeça das pessoas que o mundo animal são cães, gatos, passarinhos e pombinhos.

Nós vamo-nos abster relativamente a este tema.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Eu gosto muito do membro Paulo Baptista, mas em relação às designações, aos vários departamentos que a Câmara deve ter, não concordo com a palavra saúde; há um aspeto veterinário animal que não podemos confundir e não devemos confundir com as pessoas, nem pouco mais ou menos. Se não qualquer dia estamos aqui a pensar – praticamente já está feito o Centro Veterinário, está em conclusão – qualquer dia a Câmara é obrigada a fazer um cemitério para



animais. Eu sei que há, a nível mundial, situações aberrantes em que as pessoas deixam as fortunas aos animais, eu não sei como é que se pode fazer, em termos de direito, porque os animais não têm direitos, nós é que temos deveres perante os animais.

Portanto, estamos a desvirtuar palavras fundamentais. Direito dos animais não existe! Há deveres do homem perante o animal! E esquecemos neste momento, aí sim, pessoas que têm deficiências, que têm as suas incapacidades, a começar por todos nós, pelo menos eu já me integro na área dos sessenta, e que temos uma mobilidade que vai ser cada vez mais periclitante e aí sim, na sequência do já foi feito a nível de rampas, de atravessamento de todos os passeios da cidade, que praticamente estão feitos, aí sim tem que haver uma divisão de preocupação de melhorar sobretudo o espaço exterior para que ele esteja higienicamente limpo.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Na minha casa, desde criança sempre houve animais, cães, pássaros, pombos-correio, mas nunca vi o que vi no outro dia na praia que andavam a passear um porco. Mas tudo bem, é um animal, até dizem que são asseados, que têm um nível de obediência elevado, mas realmente...

E queria começar por dizer que estou de acordo com o Paulo, na essência, que é de alguma forma zelar o máximo possível por todos os animais. Acredito que se eventualmente aparecer um lince, apesar de já haver muitas entidades que se preocupam com os animais selvagens e não com os animais de companhia, que há de haver alguma entidade que o vai buscar.

Dizer também que não vejo a preocupação do PAN, por exemplo, com uma situação que se arrasta há quase uma semana na praia de Faro. E vou explicar rapidamente. Atravessaram a ponte para o lado poente da praia de Faro dois golfinhos. Um dos golfinhos desapareceu, eu como sou otimista, acho que o golfinho conseguiu passar a ponte e foi embora: o outro continua lá. Foi-me explicado por biólogos (e espero que seja eu que tenha razão e não eles, mas eles têm mais conhecimento científico do que eu seguramente) que o golfinho provavelmente morreu e afundou e só depois de rebentar é que vem ao de cima. Eu acho que o golfinho conseguiu passar



a ponte, porque os golfinhos como vocês sabem, navegam por sonar. E temos ali um caso de um animal selvagem que é completamente amedrontado todos os dias por pessoas que vão com barcos e motas de água ver o animal. Há outras pessoas que vão ver o animal de canoa, que é completamente diferente porque não provoca ruído, e ficam ali paradas no plano da água a observar o animal, estamos a falar de coisas completamente distintas.

É uma preocupação, não é um animal de companhia, é um animal selvagem que está em “cativeiro” há cinco dias, porque ele não consegue atravessar a ponte, a não ser que realmente o outro golfinho tenha morrido e este se mantenha na zona porque o outro está por ali, mas ninguém mergulhou e ninguém tem a certeza do que é que aconteceu ao segundo golfinho.

Isto para dizer que tem que haver uma preocupação válida com todos os animais e não só com os animais de companhia. Os animais de companhia, e eu comecei por dizer que sempre houve muitos animais na minha casa, neste momento tenho um cão com 53,5Kg e um gato que me adotou. Portanto, como há pessoas e acredito que os cães as passeiam, eu também tenho um animal que me adotou a mim não fui eu que o adotei, mas o bichinho começou a ir para o pé de mim e não tive coragem de lhe fazer nada a não ser de lhe dar comida e está gordo que nem um porco.

Dizendo isto, chegámos a alguns exageros, que é neste momento ninguém pode ter um animal de companhia, já não somos donos do animal, somos tutores, mas depois passeamos o animal por uma trela. Portanto, eu estou errado no meio da sociedade porque eu passeio o meu cão à solta e sou criticado por isso todos os dias.

Isto para dizer que sim, vou votar favoravelmente, porque é uma preocupação com os animais. Mas que realmente não concordando completamente ser necessário uma Divisão da Câmara para cuidar do ser humano, mas gostava de realmente ver os serviços sociais da câmara preocuparem-se mais com os idosos da nossa cidade.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Dizer que esta moção nos parece rica no seu conteúdo e muito pertinente, e reconhecendo também o



esforço que o Executivo traçou no mandato anterior e nos anos anteriores, obviamente que a preocupação com o tema, em si mesmo, é-nos natural e é-nos cara ao PSD e seguramente isso está visível no trabalho do Executivo. Portanto, nunca foi de modo algum considerada uma atuação oportunista ou fosse o que fosse o acompanharmos muito daquilo que tem sido o espírito que o PAN tem trazido à intervenção política nesta Assembleia e portanto temos coincidido de forma natural em muitos dos pontos que são preocupação fundamental da intervenção política do PAN, porque nos é também natural a nós próprios essa forma de estar na vida e a forma de atuar e a moção no seu texto reconhece isso mesmo.

No conteúdo em concreto, sobre aquilo que nos está aqui proposto, entendemos que deve ser deixado ao critério do Executivo a composição da sua orgânica.

Obviamente que a Assembleia pode recomendar, como é evidente, pois faz parte das suas competências fazer recomendações. Neste particular, como é uma questão demasiado dirigida a algo que eventualmente pode ficar mais ao critério do Executivo a definição daquilo que quer fazer, julgamos que é importante deixar esse espaço. Eu acho que é reconhecida a nossa intervenção e a nossa postura e portanto isso não está em causa.

Vamo-nos abster em geral nesta votação, permitindo que eventualmente ela seja viabilizada e concordando no espírito daquilo que está aqui proposta.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Não contava intervir, mas ouvi algumas intervenções que não me permitem não o fazer.

Eu acho que é unânime e é consabido por todos os membros desta Assembleia Municipal que a causa animal é uma causa que tem vindo a unir esta Assembleia Municipal com muita frequência. As moções apresentadas pelo PAN, e não só, são moções que geram unanimidade em geral, não direi que todas são acolhidas mas grande parte são acolhidas com unanimidade. Não quer dizer que isso faça grande diferença para o Executivo, mas a verdade é que tem vindo a acontecer.

Por outro lado, recordo até que ouvi já aqui que os animais não têm direitos. Não é verdade! Os animais hoje em dia têm direitos. E aliás



devemos isso – e devo aqui fazer essa consideração por uma questão de respeito, a seu dono aquilo que é de seu dono – ao próprio Cristóvão Norte, ao Presidente desta Assembleia Municipal, que juntamente com pessoas até do próprio PS, por exemplo, recorde-me do Dr. Pedro Delgado Alves, que juntos construíram aquilo que hoje constituem esses direitos dos animais. Portanto, devo fazer aqui essa deferência ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Pedro Delgado Alves, que são praticamente os pais da Lei e da alteração ao Código Civil.

Por outro lado, o facto de votarmos favoravelmente a criação de uma Divisão que se preocupe com os animais não significa que não nos preocupemos com os idosos, que não nos preocupemos com as crianças, com os jovens, com as pessoas que mais necessitam, porque uma coisa não implica a outra. Nós podemos estar aqui e defender os animais e também, como é nosso dever de ofício por estarmos aqui todos, defender as pessoas de uma forma geral, não apenas os idosos mas todos aqueles que necessitam. Quem mais necessita merece mais cuidado e até os mais desprotegidos merecem mais cuidado e os animais são desprotegidos e eram desprotegidos até há relativamente pouco tempo. Até há relativamente pouco tempo eram meras coisas e aí sim sem qualquer tipo de direitos, hoje em dia não.

Portanto, houve a nível social uma evolução que foi feita nesta matéria. Pelo que faz todo o sentido que, socialmente e inclusivamente em termos de Executivo, acompanhemos este tipo de novos valores sociais. E são valores sociais que se têm vindo inclusivamente a ver com maior veemência nos nossos jovens. Olhamos para os nossos jovens e eu, que não me considero velha mas já não sou jovem, olho por exemplo para as minhas filhas que têm hoje em dia uma preocupação com os animais e uma preocupação ambiental muito maior do que eu tinha quando tinha a idade delas, porque é evidente que houve valores que evoluíram. E nós, como membros desta Assembleia Municipal, temos que acompanhar a evolução social porque nós fazemos parte dela.

Como tal, pessoalmente não vejo outra hipótese senão votar favoravelmente, ainda que, devo confessar, duvido que o Sr. Presidente da



Câmara venha a acolher aquela que é esta moção, mas pronto isso ficará para outras situações.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Quero agradecer as intervenções de todos, embora possa concordar mais com umas do que com outras e naturalmente concordei com o que a membro Tatiana referiu.

E também fazer nota aqui da referência feita pelo membro do PS António Miranda, que tem toda a razão as competências passaram da DGAF para o Ambiente e para o ICNF e não está plasmado aqui nesta recomendação, pois nem sempre conseguimos colocar toda a informação porque depois fica demasiado longa.

A questão da Divisão de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal, como diz a moção, vai no sentido desta evolução de consciência, mas também numa questão prática. A Câmara acabou de investir um milhão e duzentos mil euros num Centro de Recolha Oficial Animal, a Câmara vai contratar pessoas para estarem lá e para poderem organizar o funcionamento do Centro de Recolha Oficial Animal. Cada vez mais as pessoas prestam atenção àquilo que está a acontecer com os animais, continuamos apesar de tudo a ter problemas com animais errantes que vivem abandonados. É preciso pensar cada vez mais a questão da proteção animal em Faro. E também é preciso dar condições às pessoas que trabalham nesta área, incluindo financeiras, para que o possam fazer como deve ser, mantendo-se nas suas profissões.

Esta Divisão de Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal vai tornar mais eficiente esta relação da Câmara com as questões relacionadas com o bem-estar animal, no entender do PAN.

De resto, muito do que aqui ouvi, algumas coisas pelo menos, considero que são aquilo que se ouve falar por vezes, as falácias lógicas. Ou seja, parece que faz sentido, mas no fundo estamos a falar de coisas diferentes. Se a recomendação é sobre animais, porque é que teria que ter ali menções às pessoas idosas? Obviamente que o PAN se preocupa com pessoas idosas, não é isso que está em questão, estamos a falar de um assunto específico e quando nós fazemos isso é só para distrair do tema. Nem acredito que nas escolas só se fala de animais de companhia, isso não é verdade. Tanto que



não é verdade que há um movimento a nível mundial, que é o movimento que mais cresce no planeta que é o Veganismo. Isso significa que as pessoas têm uma preocupação com todos os animais.

Também é preciso diferenciar animais de companhia, que são domesticados, que estão ao nosso lado há muitos milhares de anos, de animais selvagens. Não se pode colocar tudo no mesmo sítio, porque se não, não estamos a ser coerentes ou pelo menos está a faltar-nos informação para poder analisar as coisas como deve ser.»

O membro da AM, Manuel Mendonça (CDU) – «A intervenção do membro Manuel Mestre sugeriu-me que eu dissesse mais duas ou três coisas.

A primeira, a propósito dos golfinhos na Praia de Faro. Eu tive curiosidade em saber o que é que a gente da Praia de Faro pensava dos golfinhos na praia. O golfinho é um animal selvagem, na Ria Formosa há muitos animais selvagens, inclusivamente uma larga variedade de peixes. Os golfinhos alimentam-se de peixes. A questão dos direitos dos animais agora, isto pode ser levado a brincar e pode ser levado a sério. O golfinho tem mais direito a comer os animais da Ria Formosa, ou os animais peixinhos da Ria Formosa têm mais direito a não ser comidos pelos golfinhos? É que há uma ideia da natureza que me choca um bocadinho, porque a natureza tem inúmeras espécies altamente predadoras de outras espécies. E nós estarmos aqui a colocar direitos nos animais em geral, em abstrato, colocamos o problema: será que aquele golfinho não está bem para lá da ponte enquanto houver peixes para ele comer? E quando os peixes acabarem ele vai-se embora!

A outra situação é a seguinte: os dois cães que eu acompanho mais atentamente na cidade de Faro, na zona por onde costumo andar, são dois cães cujos donos abrem a porta para eles passearem pela cidade e os cães comportam-se admiravelmente bem. Saem de casa, vão dar a sua voltinha, sabem passar a rua de um lado para o outro, lidam perfeitamente bem com os carros, não apoquentam ninguém que não os apoquentem a eles, é um gosto de ver aqueles cães andarem na cidade. Partilho do procedimento do membro Manuel Mestre relativamente aos animais. Agora estas coisas são muito difíceis de generalizar. Porque eu quero um cão, vou escolher um cão



de guerra e depois ando a dizer aos meus amigos todos que o cão de guerra é muito mansinho e não faz mal a ninguém. Eu já tenho perguntado uma coisa: *escuta lá, quando o cão de guerra que escolheste, se não estiveres ao pé dele, que garantias é que dás que ele não retrace uma pessoa em cinco minutos?* Não dá nenhuma!

Eu nasci no campo, lidei com animais de toda a espécie, tenho um grande respeito pelos animais, mas é um respeito nascido no mundo da ruralidade. Porventura se eu fosse filho do cimento armado, era capaz de olhar para os animais de outra maneira. Mas paciência, a minha história é de um moço que nasceu no campo, viveu no campo, tratou de animais e conviveu com animais à moda do campo. Portanto, eu olho para os animais como um homem do mundo rural em criança. *Paciência.»*

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Pegando no exemplo do membro Mendonça, em relação ao comentário do Manuel Mestre de deixar os animais soltos, eu pergunto se depois apanha o cocó ou se o cocó fica no passeio? Porque defender isso, depois temos críticas a dizer: *eh pá, as pessoas e os animais e o cocó, e não sei quê...!* Portanto temos que pensar bem nas coisas que dizemos para ser coerentes e para que sejam efetivas.

Para terminar, toda a política que foi feita até hoje, tudo o que foi feito até hoje no planeta, ou quase tudo, foi feito em torno das pessoas. Nós vivemos a era do Antropoceno, que é uma visão antropocentrista. Se nós imaginarmos uma pirâmide, está o homem no topo e depois tudo o resto, por baixo. E a que é que isto nos levou? é uma visão produtivista, extrativista e que tem levado àquilo a que se chama a sexta extinção em massa. A quantidade de animais que têm desaparecido no planeta nos últimos anos é incrível, nós estamos a perder toda a biodiversidade do planeta. E isto não é por pensarmos demasiado nas pessoas e pouco nos animais, ou demasiado nos animais e menos nas pessoas.

O PAN defende uma visão Eco Centrica, fazemos parte do todo, estamos todos ligados, somos interdependentes. Somos Pessoas, Animais e Natureza.»



O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Em relação ao golfinho, não é naturalmente um animal que esteja dentro da Ria Formosa. Eles fazem visitas esporádicas, normalmente pela barrinha do farol, entram e saem e vão embora.

O que aconteceu com estes golfinhos é que nas últimas marés grandes eles entraram pela barra de Faro, o que não é normal naqueles canais da Ria Formosa que são muito baixos, e depararam-se com aquela situação da ponte e estão com dificuldade de passar. Não sendo normal, o que as pessoas dizem é que eles vão naturalmente comendo aquilo que vão encontrando, porque têm que sobreviver.

Em relação aos cocós do cão, só vos dizer e porque fui citado, que eu particularmente apanho os cocós do meu cão e dos outros todos. Ou seja vou com um saco de asas e apanho o cocó da praia inteira, portanto se alguém do PAN se quiser juntar a mim a apanhar cocós, esteja à vontade...»

Não havendo mais intervenções sobre a referida recomendação passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 20 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;03CDU;01BE)

Votos a favor – 10 (09PS;01PAN)

(Não estava presente um membro do PS)

A recomendação foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – **«Recomendação – Reconhecimento do Estado de Emergência Climática do Concelho de Faro.**

Termina hoje, 12 de novembro, na Escócia, a COP26 – Conferência das partes da Convenção Quadro das nações Unidas sobre Mudança do Clima. A comunidade científica internacional tem alertado sistematicamente para a necessidade de controlar o aumento da temperatura média global, abaixo dos 2°C, idealmente mantendo esse aumento em 1,5°C, tendo como referência o período pré-industrial.

Esta é a base do Acordo de Paris, o tratado internacional assinado durante a COP21, pelo qual a maioria dos países regula, ou deveria regular, as suas políticas. No entanto, a realidade é que apesar de tudo, os avanços têm sido



poucos e o Presidente da conferência de Glasgow, Alok Sharma, afirmou esta semana que “o mundo lá fora está a perder a paciência e não podemos continuar a empurrar estes acordos para o futuro”.

Efetivamente é já evidente que a meta do 1,5°C não será alcançada. No relatório divulgado esta terça-feira, pela Climate Action Tracker, o aquecimento previsto até final do século varia entre 2,1°C e 2,4°C.

Sabemos através da comunidade científica que se as temperaturas subirem 2°C até 2100, o nível de stress de calor pode afetar cerca de mil milhões de pessoas no mundo. Irá desencadear eventos extremos climáticos cada vez mais intensos e frequentes e transformar algumas das áreas mais densamente povoadas do mundo em desertos inabitáveis ou inundados por água do mar, decorrente da inevitável subida do nível médio do mar e é aqui que Faro se encontra. Acima dos 2°C, estas alterações têm um caráter exponencial e não linear.

Naturalmente que todas estas mudanças irão criar um desequilíbrio brutal nos biomas e ecossistemas originando um cenário difícil de quantificar, mas que garantidamente mantém-nos no caminho da sexta extinção em massa de espécies, colocando em risco a nossa própria sobrevivência. Como disse o dinossauro virtual que interrompeu a COP26 para lançar um alerta à humanidade, é altura de pararmos com as desculpas e de fazer as mudanças necessárias: “é agora ou nunca!”

Esta recomendação não tem como objetivo lançar um olhar catastrófico sobre o amanhã, já que da mesma forma que criámos o problema, também temos a capacidade de o reverter, ou pelo menos minimizar, a partir de uma nova visão sobre nós próprios e sobre as nossas capacidades individuais e coletivas de regenerar o futuro. Mas efetivamente é preciso fazer diferente, e grande parte da responsabilidade prática, operacional e moral está em quem tem o poder político, económico e financeiro.

É certo que esta é uma proposta proclamatória, mas é também uma forma da Câmara de Faro dizer presente às preocupações dos milhares de farenses, que ao olhar para o futuro climático encontram uma grande indefinição e preocupação, em particular os mais jovens, porque é a eles que estamos a deixar este Planeta.



Precisamos alinhar as nossas políticas no sentido de garantir a sua proteção e as condições para que possam prosperar e para que a nossa herança aos nossos filhos e netos não seja um planeta envenenado.

Deste modo, e pelo atrás explicado, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Faro, na sua Sessão Ordinária de 12 de novembro de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Faro que:

- 1 – Declare o Estado de Emergência Climática e atue politicamente em conformidade com o mesmo;
- 2 – Garanta que todas as suas políticas estejam alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- 3 – Crie o compromisso com uma mobilidade mais sustentável, incentivando fortemente os transportes públicos coletivos não poluentes, em mar ou em terra e a mobilidade ativa e segura no concelho;
- 4 – Promova a economia circular e os circuitos curtos de produção, comercialização e consumo;
- 5 – Fomente a implementação de soluções energéticas nos edifícios públicos a partir de energias renováveis limpas;
- 6 – Incentive as Comunidades de Energia Renovável, a descentralização energética e o combate à Pobreza Energética;
- 7 – Valorize e defenda o nosso património natural, ecossistemas e biodiversidade, em particular o Parque Natural da Ria Formosa e a nossa paisagem mediterrânica;
- 8 – Aumente substancialmente as zonas verdes da cidade, enquanto espaços promotores da biodiversidade, da saúde pública, que reduzem a poluição atmosférica, os impactos das temperaturas elevadas, que retêm os gases de efeito estufa e ajudam na infiltração de água no solo, minimizando as consequências de eventuais cheias;
- 9 – Promova a soberania alimentar dos seus munícipes aumentando os espaços disponíveis para hortas sociais, comunitárias e urbanas, baseadas em agricultura biológica e de princípios regenerativos;



10 – Garanta a proteção das pessoas fazendo cumprir as melhores orientações dos planos existentes, como o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro;

11 – Elabore o Atlas de Risco Municipal de Faro.”

O membro da AM, António Miranda (PS) – «Obviamente o PS irá acompanhar o PAN nestas preocupações, que têm sido muitas ao longo deste ano, da forma como o Município trata os poucos espaços verdes e as árvores. E não basta dizer que relativamente à palmeira vão transplantar para outro lado, pois têm que fazer muito mais do que isso. E muito mais do que isso é cumprir aquilo que diz a lei nº 59/2021, de 18 de agosto, que obriga que o Município tenha um ano para produzir um Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano.

Como é sabido de todos, as árvores nas cidades têm grande importância e nestas questões das alterações climáticas também, portanto a Câmara deve começar a fazer o seu trabalho de casa, começando por preparar o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano e nós cá estaremos na Assembleia para o apreciar e dar os nossos contributos, é para isso que estamos cá, para melhorar o funcionamento da cidade.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Eu já defendia isto na outra Assembleia Municipal. Eu confio muito no professor Neves Júnior que fez um estudo sobre a evolução da linha de água, estudo geológico até, porque ele era formado nessa área, e ele afirmou perentoriamente que o nível do mar, desde há dois mil anos, desceu entre dois a três metros.

Eu não vou dramatizar esta questão da emergência climática, porque isto tem objetivos de controlo da alimentação, controlo de natalidade, é o caso da China que já reverteu a possibilidade de ter mais de dois filhos. A China que está a demolir cidades fantasmas inteiras, porque queria transferir os seus habitantes da zona agrícola interior para esses espaços. Começaram as demolições, esse erro sim ambiental, cada prédio gasta imensa energia em cimento.

Agora sim, vou mencionar o nome do Tiago Oliveira que é Presidente da Agência Integrada de Fogos Rurais e diz ele: “*a nossa paisagem é feita pelo*”



homem e nos últimos sessenta anos nós tirámos o homem da paisagem.” Portanto, para controlar os incêndios, o homem tem que estar no sítio. Eu assisti ao último grande incêndio, aqui bem próximo de Faro, fui visitar o sítio e não vi viva alma até lá.

O Plano Regional é para implementar. A regionalização pode fazer isso, sim, uma autonomia energética que os Açores já conseguiram. Os Açores têm energia geotérmica e não consomem um único litro de gasóleo neste momento, é 100% limpo. Portanto, a região dos Açores é um bom exemplo para vocês implementarem também aqui na região do Algarve.

Plantação de florestas, sim. Rearborização, sim, e eu já fiz várias propostas, entre elas a reflorestação em pinheiro manso de todo o cordão dunar. Portanto, esta é a minha posição conservacionista.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Só referir que o PS vai votar favoravelmente esta recomendação, por considerar que a emergência climática é efetivamente uma emergência tanto para pessoas como para animais.

A recomendação está muito bem redigida e apresenta uma grande clareza de conteúdo. Para além dos dez pontos que se recomendam na dita recomendação e que concordamos em pleno, focamos aqui o ponto nove onde se destaca a proteção de pessoas, fazendo cumprir por parte da autarquia as melhores orientações dos Planos existentes, nomeadamente o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro. Tive oportunidade de aprovar este documento em Assembleia Municipal.

O que se pergunta ao Sr. Presidente é qual o ponto de situação relativamente à implementação deste Plano que está aqui contemplado nesta recomendação?»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe – «A CDU vai votar favoravelmente esta recomendação, mas gostaria de fazer aqui dois comentários. Nós estamos a assistir ao fim da Cimeira, estamos com os discursos da preocupação ambiental mas, como também é dito na recomendação, o insucesso é o que



está mais em cima da mesa. E esse insucesso deve-se muito à perspetiva capitalista e liberal com que este tema é tratado. A sujeição do ambiente ao mercado livre, a sujeição do ambiente aos interesses das multinacionais, recordando que as multinacionais são a origem de 80% das emissões carbónicas no mundo. E depois nós é que andamos a pagar taxas no supermercado por causa de um saco de plástico.

Por outro lado, dar nota que enquanto não se pensar a organização mundial e a sociedade de outra forma, o insucesso é um caminho a que estaremos normalmente sujeitos.

Por outro lado gostaria de focar aqui uma situação que é colocada na recomendação, que é a dos circuitos curtos. A Câmara Municipal de Faro, e bem, nas cantinas escolares já acabou com aquelas concessões que dava, com as crianças a serem servidas com comidas enlatadas e pré-feitas em sítios sabe-se lá onde, foi uma grande iniciativa da Câmara ter avançado para a reativação das cantinas escolares no concelho de Faro, era bom que os outros concelhos seguissem a mesma iniciativa. Mas por outro lado seria importante avançar agora e agir sobre o fornecimento dos alimentos que chegam a essas cantinas. Seja a Câmara Municipal ou seja a nível da AMAL, ser feita uma central de compras que beneficiasse os produtos locais, que os produtos que são servidos nas cantinas fossem então desta cadeia curta. Nos concursos isso pode ser feito, introduzindo um fator penalizador, por exemplo, para quem vai concorrer, que são os quilómetros que os alimentos percorrem até chegar a Faro. O peixe pode ser da nossa costa, não é preciso vir da Póvoa de Varzim; a carne pode ser do Alentejo, não é preciso vir da França ou da Bélgica ou seja de onde for.

Seria importante equacionar, porque os concursos públicos têm fatores que não é só o preço mais barato, têm outros fatores que podem ser introduzidos. E este dos quilómetros que os alimentos percorrem até chegar às cantinas seria um tema interessante para a Câmara aprofundar e para as Câmaras do Algarve aprofundarem, facilitando esta questão do circuito curto.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Antes de iniciar a minha intervenção queria fazer



aqui uma referência e dizer que subscrevo na íntegra o que o meu colega Sérgio Martins disse e o que ele acabou agora de dizer na parte final até dava uma boa proposta de recomendação nesta casa.

Sobre a recomendação em si, dizer que qualquer pessoa que tenha consciência ambiental ou sensibilidade ambiental, ou as duas coisas, revê-se plenamente e é com naturalidade que o Partido Social Democrata vai acompanhá-la e vai votar favoravelmente a mesma.

Contudo, só queria deixar aqui algumas notas. Eu acho que o PAN exagera logo no ponto 1, quando diz que se deve decretar o estado de emergência climática. Acho que é um termo demasiado forte, demasiado populista para se implementar já a emergência climática. Felizmente ainda estamos longe deste estado de emergência. Aliás, nós estivemos a viver estados de emergência agora com a questão do Covid e todas as pessoas sabem mais ou menos o que é um estado de emergência. Portanto, eu acho que ainda estamos muito longe desse mesmo estado de emergência.

Depois, os restantes pontos que são apresentados, obviamente que são de bom senso, inclusivamente, e deixar isto bem claro, a maior parte deles já estão a ser executados pela Câmara Municipal e temos que frisar isto, é uma Câmara que tem sensibilidade ambiental e são as Juntas de Freguesia que têm trabalhado nessa matéria.

E já agora deixo a nota que a Junta de Freguesia de Faro recebeu em junho, o 1.º lugar do prémio de Eco Freguesias. É a freguesia mais sustentável do país, com 96.72%, e acho que é algo que deve orgulhar Faro e os farenses.

Queria também dizer que deveríamos ir um bocadinho mais além e, se calhar, propor diretamente às embaixadas tanto da China, como da Índia, apelando para que os seus governos de facto tivessem preocupações ambientais. Porque Portugal está com um bom ranking no combate às alterações climáticas, mas infelizmente é uma gota no oceano e as grandes potências poluentes continuam a ser a China e a Índia que pouco ou nada se preocupam. E por muito que Portugal e mesmo a União Europeia possam fazer, não havendo nada do outro lado do mundo, com dificuldade iremos a algum lado.



Para concluir, considero que decretar o estado de emergência climática parece-me um bocado exagerado, porque não devemos entrar nestes populismos e nestas histerias, porque tudo o que se está a falar agora não é nada de novo. Quando eu estava a tirar o curso, nos anos noventa, falámos exatamente disto e tudo o que está a acontecer. Nós sabíamos que ia acontecer. Agora parece é que despertaram para este problema, mas este problema existe já há muitos anos.

Depois, também temos que ver aqui uma questão, o clima e o planeta não é imutável. O homem gostava que o planeta fosse imutável, mas não é! As alterações climáticas fazem também parte natural do processo e da evolução do planeta, ou da vivência do planeta, porque há causas naturais e depois há as causas antrópicas. E o que nós temos que falar e tentar combater são exatamente as causas antrópicas. Quanto menos influência o ser humano aplicar no meio ambiente e nas questões climáticas, obviamente que será mais positivo. Mas deixar claro que existem também fontes poluentes naturais e o próprio clima está sujeito a alterações.

Recordo que há duzentos anos tivemos uma pequena era glacial e que a maior parte do planeta já esteve mais vezes em épocas glaciares do que em períodos de ótimo climático. Estamos neste momento a atravessar um, há quem diga que muito em breve vamos entrar numa era glacial, estamos no pico dessa era do ótimo climático, mas as causas antrópicas estão de facto a acelerar um pouco essa questão do aquecimento.

Basicamente é isto que eu tinha a dizer, vamos acompanhar a recomendação, mas pedia ao PAN que fosse um pouco mais comedido nessa questão de decretar emergências climáticas, que só servem também para alarmar a população. Devemos informar e sensibilizar a população, mas não a devemos alarmar.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Antes de mais gostaria de congratular o Paulo, pela recomendação, que sem dúvida está muito bem redigida e concordamos com grande parte da descrição que efetua.

Tenho algumas dúvidas em relação à abrangência da recomendação em si e alinho também com o Presidente Bruno Lage e com aquilo que ele acabou de dizer. E sinceramente, não tenho a certeza se todos os membros



conhecem os textos na íntegra que estamos aqui neste caso a recomendar. E, por exemplo, a declaração do estado de emergência climática tem uma abrangência muito grande, alguns tópicos discutíveis e por exemplo o Governo da República ainda não ratificou, corrijam-me se estiver errado, pois não tenho a certeza quanto a isso.

Ou seja, há aqui muitas coisas que deveriam ser discutidas individualmente, eu percebo porque é que está tudo aqui, é por uma questão de tempo. Mas obviamente concordamos com a grande maioria dos pontos aqui referidos, alguns tenho sérias dúvidas, sou sincero, e considero que é simplesmente demasiado abrangente.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «Antes de mais, quero cumprimentar o Presidente em exercício da Assembleia Municipal, o caro Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, os membros desta Assembleia, o estimado público presencialmente e virtualmente e os técnicos que nos estão aqui a apoiar.

Uma vez que é a minha primeira intervenção, dizer que é uma honra fazer parte desta Assembleia Municipal.

Agora passando a este ponto, o Bloco vai votar favoravelmente a recomendação que o PAN fez. No entanto, após algumas intervenções eu não podia deixar de dizer algumas palavras que são: não é um alarmismo decretar o estado de emergência climática. Não é! Uma vez que a subida do nível do mar é um problema atual e Faro é uma das cidades que irá enfrentar problemas graves. E porque é que eu digo isto? Digo com conhecimento de causa. A evolução de ocupação costeira que o Bruno Lage referiu, os eventos climáticos, se tiverem dúvida posso explicar, pois não sei se mais alguém aqui na sala tem esse conhecimento, isto é cíclico, há eventos climáticos, temos picos em que as temperaturas sobem, outros que descem, mas o problema atual é que o impacto que nós, humanos, temos não existia anteriormente. Ou seja: se o nosso impacto não existisse era cíclico, só que o nosso impacto neste momento vai fazer com que haja uma quebra nesse ciclo a nível climático.

E para terem uma noção e posso dar acesso a um mapa interativo, mandar o *link* aos membros desta Assembleia que queiram, para fazer uma



simulação do que é que representa o aumento de um grau a nível do nível do mar, o impacto que vai ter na cidade de Faro; ainda há duas semanas fiz isso com os meus alunos e Faro é uma das cidades que, se subir vinte ou trinta centímetros, vocês vão ver que a baixa de Faro praticamente fica inundada, se não fizermos depois como faz a Holanda construções para travar essa subida.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito boa noite a todos, caros membros da Assembleia, procurarei ser muito rápido, até porque concordo com grande parte das coisas que foram aqui ditas a propósito desta discussão.

Eu queria aqui dizer-vos uma coisa que me preocupa e que não foi hoje aqui discutida. Não sei se terão visto ontem, houve um grupo de vinte e dois países em vias de desenvolvimento, que se mostraram preocupados relativamente à diferença que existe no impacto concreto de países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento com o contribuírem para os objetivos do Acordo de Paris e da redução da temperatura, por forma a não haver aumento do nível médio das águas, de entre todas as outras consequências sobejamente conhecidas.

Quero-vos dizer o seguinte: nós estamos aqui em Portugal, país europeu, Faro, e creio que temos todas as condições para ir desenvolvendo medidas que nos permitam combater e mitigar as alterações climáticas. Mas na Índia existem trezentos milhões de pessoas que não têm energia em casa e a Índia é uma das maiores reservas de carvão do mundo. Nós estamos aqui com eletricidade, nós temos tecnologia, temos sol, temos capacidade de implementar produção de energias renováveis. O que é que nós vamos dizer a estes países em dificuldade, onde as populações nem sequer têm eletricidade para fazer nada em casa?

É sempre importante discutirmos estas questões do ponto de vista local, fazer local, pensar global, agir local, fazer global, o que seja, mas parece-me que a discussão que vamos ter nos próximos anos vai estar assente no facto de os países mais pobres não terem neste momento recursos para inovarem tecnologicamente e para conseguirem melhorar as condições de vida das pessoas.



Isto é uma preocupação adicional que eu gostaria de lançar. Porque se eu fosse governante de um país em que os meus cidadãos e os meus habitantes não tivessem energia em casa, eu teria muitas dificuldades em explicar-lhes porque é que os países mais desenvolvidos estão a impor-nos regras para redução de emissões de gases de efeito estufa, quando esses países têm outro tipo de condições de vida que não é o nosso.

Há pouco alguém falava no capitalismo das grandes empresas que são os maiores poluidores do mundo, acho que estamos neste momento aqui também num contexto de capitalismo carbónico, em que os países mais frágeis, com menos recursos e mais pobres não terão condições de assegurar qualidade de vida dos seus cidadãos e contribuir para estes objetivos que são de todo o mundo.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Conheço o Bruno, Presidente da Junta de Freguesia da Sé e de São Pedro, há alguns anos e gosto genuinamente do Bruno. E ele estava a falar com algum conhecimento técnico, sendo engenheiro do Ambiente. Mas a comunidade científica no geral e a própria Organização das Nações Unidas, não estão propriamente em acordo com o que disse o Presidente. Existe efetivamente uma energia ciclímática e não me parece que isto seja populista, nós podemos não querer ver as coisas assim como elas são e se calhar nos anos noventa, como foi dito, já se sabia que isto ia acontecer; então faço a analogia com, por exemplo, um autocarro a descer uma ladeira, vamos todos lá dentro, sabemos que vai correr mal, mas vamos esperar mais um bocadinho porque ainda não é altura de colocar os travões a fundo... É assim que eu vejo.

O membro da Iniciativa Liberal, efetivamente sendo proclamatória ela é bastante abrangente, depois ao longo de quatro anos teremos oportunidade de avaliar e analisar ponto a ponto.

Concordo também aqui nesta intervenção final que a emergência climática deve vir associada a uma justiça climática e devem ser os países com mais recursos a ajudar os restantes a poder fazer essa transição. Para isso precisamos de ter uma perspetiva de comunidade planetária, que às vezes nos falta, porque muitas vezes falta-nos olhar para o todo.»



Não havendo mais intervenções para a discussão da referida recomendação passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (03CDU)

Votos a favor – 27 (10PSD;09PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01BE;01PAN)

(Não estava presente um membro do PS)

A recomendação foi aprovada por maioria.

Presidente da Câmara Municipal – «Eu queria pedir à Assembleia, dado que temos reunião na próxima segunda-feira, com uma outra ordem de trabalhos, para aceitar a inclusão de uma proposta que é a Proposta 440 e que tem a ver com, na prática, a AMAL ser nossa representante em termos de delegação de competências na área dos transportes.

E isto porquê? A AMAL, a partir de 01 de dezembro, fez um concurso para os transportes rodoviários intermunicipais, ou seja todas as linhas que operam no Algarve e que começam num concelho e acabam noutro (são as intermunicipais) são da responsabilidade da autoridade de transportes da AMAL.

Nós temos seis troços de linha que embora estivessem a ser considerados municipais, e havia umas licenças municipais, eram feitos nos trajetos intermunicipais. Dou-vos um exemplo: Faro-Bordeira, é uma linha que sai de Faro, teoricamente terminava na Bordeira e portanto era responsabilidade nossa; só que, ao longo do tempo, essa linha cresceu e sobrepôs-se a uma outra que existia também autorização que era Faro-São Brás. Deixou de haver sobreposição e hoje só há a de Faro-São Brás. Portanto a autorização de Faro-Bordeira vai cair e precisamos de delegar este troço na AMAL para que ela, a partir de 01 de dezembro, continue a funcionar. São: Faro-Bordeira; outra Faro-Estoi; outra Estoi-Bordeira; Estoi-Conceição; Faro-Gorjões; Bela Curral-Faro. São tudo troços que estão em cima de outras linhas e que são da responsabilidade da AMAL.

Isto foi detetado agora no concurso e portanto precisamos de este mês assinar este protocolo que está combinado com a AMAL para transferir esta



competência para a AMAL, e a AMAL autoriza que estes percursos sejam feitos em cima das outras e elas continuarão a funcionar.

Portanto, o que eu vos queria pedir era se, enviando este assunto na segunda-feira de manhã (ele irá à Câmara na parte da tarde) se poderíamos incluir esta proposta na agenda do dia 15 e ser deliberada, para depois ser deliberado também na AMAL e, ainda este mês, podermos contratualizar com a AMAL e a partir de 01 de dezembro elas ficarem a funcionar da mesma forma sem interrupção absolutamente nenhuma.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr. Presidente, não vamos neste momento votar a alteração? Isto foi apenas uma informação e um pedido do Sr. Presidente da Câmara?»

O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício esclareceu que, de momento, era só uma informação.

Esgotada a ordem de trabalhos, foi deliberado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3 do artigo 82.º do Regimento, que a ata fosse aprovada em minuta.

Assim, procedeu-se à leitura da minuta em voz alta, a qual foi depois colocada à votação e foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia (em exercício)

O 1.º Secretário da Mesa

O 2.º Secretário da Mesa